

# ESTADO DA ARTE DAS TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (2007-2024)

---

**ipea**

Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

## Governo Federal

### Ministério do Planejamento e Orçamento

**Ministra** Simone Nassar Tebet



Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

#### **Presidenta**

Luciana Mendes Santos Servo

#### **Diretor de Desenvolvimento Institucional**

Fernando Gaiger Silveira

#### **Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia**

Luseni Maria Cordeiro de Aquino

#### **Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas**

Cláudio Roberto Amitrano

#### **Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais**

Alexandre dos Santos Cunha

#### **Diretor de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura**

Pedro Carvalho de Miranda

#### **Diretora de Estudos e Políticas Sociais**

Letícia Bartholo de Oliveira e Silva

#### **Diretora de Estudos Internacionais**

Keiti da Rocha Gomes

#### **Chefe de Gabinete**

Sheila Cristina Tolentino Barbosa

#### **Coordenadora-Geral de Imprensa e Comunicação Social**

Gisele Amaral de Souza

Ouvidoria: <https://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <https://www.ipea.gov.br>

# ESTADO DA ARTE DAS TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (2007-2024)

---

**ipea**

Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

## **EQUIPE TÉCNICA**

### **Barbara Cristina Hanauer Taporosky**

Doutora bolsista do Programa de Incentivo à Pesquisa Aplicada (Pipa) na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea). *E-mail:* barbara.taporosky@ipea.gov.br.

### **Adriano Souza Senkevics**

Técnico de planejamento e pesquisa na Disoc/Ipea. *E-mail:* adriano.senkevics@ipea.gov.br.

## **Como citar:**

TAPOROSKY, Barbara Cristina Hanauer; SENKEVICS, Adriano Souza. **Estado da arte das teses e dissertações sobre o financiamento da educação básica (2007-2024)**. Brasília: Ipea, 2025. (Relatório Institucional). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ri-236212>

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e ePUB (livros e periódicos). Acesse: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/ri-236212>

# SUMÁRIO

|                                                                                    |    |
|------------------------------------------------------------------------------------|----|
| SINOPSE.....                                                                       | 6  |
| 1 INTRODUÇÃO .....                                                                 | 6  |
| 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....                                                | 10 |
| 3 ESTADO DA ARTE .....                                                             | 15 |
| 3.1 O que as pesquisas sobre financiamento da educação básica têm discutido? ..... | 23 |
| 3.2 Trabalhos que atendem a interesses manifestos da SEB/MEC .....                 | 26 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....                                                        | 28 |
| REFERÊNCIAS.....                                                                   | 29 |
| APÊNDICE A .....                                                                   | 36 |

## SINOPSE

A educação é um direito social constitucional, que se configura em um dever do Estado e deve ser garantido a todos. Sua concretização demanda a implementação de políticas públicas, inserindo a educação na disputa pelo fundo público. Nesse sentido, o texto constitucional não prevê apenas a garantia do direito, mas também mecanismos que asseguram seu financiamento, como a vinculação da receita de impostos para aplicação em manutenção e desenvolvimento do ensino, a contribuição social do salário-educação e as políticas de fundos. A lei infraconstitucional também prevê outras fontes de financiamento, como os *royalties* do petróleo e o fundo do pré-sal. Tendo em vista a relevância do tema para a concretização das políticas educacionais, as pesquisas acadêmicas vêm se debruçando sobre discussões acerca do financiamento educacional. Assim, o objetivo da pesquisa é elaborar um estado da arte em teses e dissertações produzidas no período de 2007 a 2024 no Brasil sobre o financiamento da educação básica. Para atingir o objetivo proposto, foi realizada uma coleta das produções constantes do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Com a leitura do título e dos resumos dos trabalhos, foi organizado um banco contendo 614 produções acadêmicas discentes dos programas de pós-graduação nacionais. Os trabalhos foram organizados em dezoito categorias temáticas de acordo com o objeto e tema que compõem o foco de análise da produção. Foi possível identificar que houve um aumento nas produções entre 2018 e 2019; que as produções são predominantemente advindas de programas de pós-graduação em educação; bem como que há uma amplitude temática dentre os trabalhos analisados. Contudo, ainda há necessidade de pesquisas que aprofundem as discussões sobre os custos educacionais, as políticas de austeridade, mecanismos de controle da correta aplicação de recursos, novos mecanismos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) permanente e implementação do custo-aluno-qualidade (CAQ) e do custo-aluno-qualidade inicial (CAQi).

**Palavras-chave:** educação básica; políticas educacionais; financiamento da educação básica; estado da arte.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, conforme preceitua a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/1988), em seu art. 205. Enquanto dever do Estado, o texto constitucional estabelece diversas garantias que estão sob sua responsabilidade, dentre as quais se encontram não apenas a garantia de acesso à escolarização nas diversas etapas da educação básica, mas também as relacionadas às condições dessa oferta. A previsão da atuação estatal nesse direito demanda, em contrapartida, políticas públicas para sua concretização. Para isso, se faz necessária a garantia de recursos públicos, colocando a educação na disputa pelo fundo público com outros direitos e responsabilidades do Estado.

A CF/88 prevê não apenas o dever do Estado, mas também mecanismos que garantem o financiamento educacional, com destinação de verbas específicas para seu cumprimento. O texto constitucional determina que a União não poderá aplicar menos de 18%, e os estados e municípios não menos de 25%, de suas receitas resultantes da arrecadação de

impostos em manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), conceito esse disciplinado pelo art. 70 da Lei nº 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Isso significa que esse percentual vinculado dos orçamentos públicos deverá obrigatoriamente ser destinado a despesas com remuneração e capacitação dos profissionais da educação; aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações; uso e manutenção de bens; pesquisas e estudos que visam o aprimoramento da qualidade e expansão do ensino; realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino; concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas; amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender às outras despesas com MDE; aquisição de material didático e manutenção de programas de transporte escolar.

Conforme Tomasevski (2001), o Brasil é um dos poucos países no mundo que possui o mecanismo de vinculação orçamentária para investimento em educação. Pinto (2018) indica que a vinculação orçamentária trouxe como consequência imediata a ampliação de recursos disponíveis para a área, especialmente considerando que esse mecanismo inexistia no período da ditadura militar. O mesmo autor ressalta que a previsão de que os recursos só podem ser aplicados em MDE é uma consequência lógica do mecanismo, uma vez que, se há vinculação, é necessário estabelecer exaustivamente quais despesas fazem jus aos recursos. Cabe ressaltar ainda, como consequência do mecanismo, as estratégias da União de ampliação de sua arrecadação por outras fontes tributárias que não os impostos – o que foi realizado por meio da instituição de novas contribuições e ampliação das alíquotas existentes (Pinto, 2018).

Para além da vinculação orçamentária, a CF/1988 prevê outras receitas que se destinam ao financiamento educacional: as provindas do salário-educação – contribuição paga pelas empresas aos cofres públicos, com base em seus salários de contribuição, cuja aplicação não possui vinculação à MDE, mas que deve ser aplicada em programas, projetos e ações voltados para a educação básica – e outras contribuições eventualmente instituídas pela União com destinação à área.

A repartição da arrecadação de tributos entre os entes federados, seguindo o molde constitucional, resulta na distribuição desigual do bolo tributário entre União, estados, Distrito Federal (DF) e municípios. Por consequência, os entes federados possuem diferentes capacidades financeiras, o que resulta em uma desigualdade horizontal e vertical em relação a essas capacidades. Essas desigualdades decorrentes da estrutura tributária brasileira se refletem no desequilíbrio do financiamento educacional no país, marcado pela grande diversidade nos recursos disponíveis por aluno entre diferentes regiões, bem como entre as redes municipal e estadual dentro de uma mesma região (Pinto, 2018).

Em 1996 foi editada a Emenda Constitucional (EC) nº 14/1996, instituindo o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que ficou em vigência até 2006. Em 2007, entra em vigor o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que neste texto trataremos como Fundeb transitório, instituído pela EC nº 53/2006, que vigorou até 2020. E, por meio da EC nº 108/2020, constitucionalizou-se de forma permanente o Fundeb, sem prazo de vigência, contando com novos mecanismos de redis-

tribuição (Gutierrez e Farenzena, 2024). Outra alteração realizada no texto constitucional diz respeito à cota-parte repassada dos estados aos municípios referente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS): a previsão original da CF/1988 indicava que 35% desses valores deveriam ser aplicados de acordo com disposições de lei estadual própria. Com a EC nº 108/2020, passa a ser obrigatória a destinação de 10% desta cota-parte em função de indicadores de resultados educacionais com atenção às desigualdades.

Para além desta ampla engenharia constitucional, no que concerne ao financiamento da educação básica, o arcabouço infraconstitucional também conta com outros mecanismos de financiamento, como os *royalties* do petróleo e fundos do pré-sal, disciplinados pela Lei nº 12.858/2013; recursos advindos das loterias federais, nos termos da Lei nº 13.756/2018; meta de aplicação de 10% do produto interno bruto (PIB) fixada pela Lei nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação – PNE, com vigência até dezembro de 2025);<sup>1</sup> além de outras regulamentações, bem como leis próprias de estados e municípios.

Dada a complexidade do financiamento educacional no Brasil, composto por diversas fontes de recursos, é necessário também compreender como ele vem sendo aplicado para a garantia do direito à educação. Nesse sentido, há diversas pesquisas acadêmicas que vêm se debruçando sobre o tema nas últimas décadas, buscando compreender não apenas os mecanismos, mas também sua aplicação e seus efeitos nas diversas redes de ensino, na ampliação do acesso com condições adequadas de oferta e nos resultados educacionais.

Assim, o objetivo do presente relatório é apresentar o estado da arte de teses e dissertações sobre financiamento da educação básica no Brasil, produzidas no período de 2007 e 2024, como um dos produtos desenvolvidos no âmbito do termo de execução descentralizada (TED) celebrado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Ministério da Educação (MEC), por intermédio da Secretaria de Educação Básica (SEB).

O presente trabalho se justifica pela ausência de levantamentos de revisão da literatura por meio das teses e dissertações produzidas em programas de pós-graduação no país, com a amplitude ora proposta. Em busca realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), foram encontrados sete trabalhos que objetivavam a realização de uma revisão da literatura sobre financiamento da educação.

Destes trabalhos, dois focam em análises de periódicos na área da educação, sendo um voltado a dois periódicos específicos e suas publicações realizadas entre as décadas de 1980 e 1990 (Ferreira, 2017), e outro, a artigos indexados do Portal de Periódicos da Capes, com a seleção dos trabalhos resultantes de estudos de programas de pós-graduação com notas 6 e 7 na avaliação da Capes, ou seja, programas considerados de excelência acadêmica (Gomes, 2020). Há, ainda, um trabalho que se volta à análise da circulação de saberes sobre financiamento no mercado editorial e, portanto, debruça-se sobre a produção de livros para cursos de formação de professores (Yanaguaita, 2008).

1. O PNE de 2014 tinha vigência original prevista até 25 de junho de 2024, conforme disposto em sua lei de aprovação. Contudo, como o projeto de lei de um novo PNE passou a ser discutido com a Conferência Nacional de Educação (Conae) em janeiro de 2024, e diante da necessidade de aprovação de projeto de lei nas duas câmaras do Congresso Nacional, foi aprovada a Lei nº 14.934/2024, que prorrogou a vigência do PNE de 2014 até 31 de dezembro de 2025.

Os outros três trabalhos encontrados realizam revisões da literatura sobre o financiamento educacional olhando para aspectos específicos: um, sobre a remuneração do magistério da educação básica no contexto das políticas de fundos (Freire, 2017); outro, sobre o financiamento da educação especial (Rocha, 2024); um terceiro, sobre os impactos do financiamento na gestão da educação básica (Yanaguita, 2013); e o último, sobre a qualidade da alocação dos recursos em educação e, também, na área da saúde (Alves, 2023).

Foi realizada também uma pesquisa exploratória no Portal de Periódicos da Capes, com o uso dos descritores “educação”, “financiamento” e “revisão”, que retornou 215 resultados. Filtrando-se os resultados por ano de publicação e considerando apenas a produção da última década, resultaram 190 trabalhos. Após a leitura dos títulos e resumos, selecionaram-se apenas os trabalhos cujo objeto era diretamente relacionado ao financiamento da educação básica, tendo como metodologia principal a revisão da literatura. Não foram, portanto, selecionados trabalhos nos quais o financiamento da educação era tratado de forma marginal, que dissessem respeito à educação superior ou que tratassem de outras políticas setoriais que não as educacionais.

Foram selecionados quatorze trabalhos. Destes, dois possuíam como temática principal o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE (Katrib *et al.*, 2024; Moraes, Silva e Pinho, 2024); e outros dois realizavam revisões de literatura sobre o Fundeb (Santos e Nogueira, 2021; Franco, 2023). Alguns estudos fazem revisões mais gerais sobre financiamento da educação, com olhar voltado especificamente: às produções dos programas de pós-graduação em educação na região Nordeste do Brasil (Duarte e Cruz, 2023); a trabalhos que analisam a gestão e o financiamento da educação (Santos e Nogueira, 2021); a programas específicos de financiamento (Silva *et al.*, 2023); ou aos efeitos do neoliberalismo sobre as políticas de financiamento (Farias, 2016).

Há outros estudos mais específicos, que fazem revisões a fim de compreender a história do financiamento educacional no Brasil (Alves, Magalhães e Nascimento, 2023); a importância do financiamento para a implementação do sistema nacional de educação (Amorim, 2018); a privatização da educação (Santos e Neto-Mendes, 2022); e sobre a meta 17 do PNE de 2014 e a remuneração docente (Pereira e Alves, 2015). Há também uma revisão sistemática da literatura estrangeira a fim de identificar as relações entre financiamento e resultados educacionais (Silva Junior e Alves, 2024).

Portanto, não foram encontrados estudos que façam uma análise ampla de todas as teses e dissertações produzidas no Brasil sobre a temática do financiamento educacional, o que demonstra a relevância do presente trabalho. Saliente-se que a escolha de analisar apenas teses e dissertações se dá pela ausência de estudos amplos que analisem especificamente estas produções, uma vez que a maior parte das revisões adota como escopo os periódicos acadêmicos. Alie-se a isso o fato de que as pesquisas realizadas no âmbito de programas de pós-graduação têm uma grande participação nas investigações realizadas no Brasil (Silva, Souza e Vasconcellos, 2020).

Por fim, destaca-se que Davies (2020) realizou um levantamento bibliográfico de textos sobre financiamento da educação produzidos entre 1988 e 2015 no Brasil, contando com livros, artigos, teses, dissertações e outros estudos. Contudo, o trabalho, além de não

abarcando todo o período temporal ora proposto, constitui-se em um levantamento que não busca realizar uma análise ou categorização das produções encontradas, o que o diferencia do estudo ora realizado.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia empregada neste trabalho é a revisão bibliográfica das teses e dissertações produzidas no Brasil entre 2007 e 2024, para a constituição de um *estado da arte*. O estado da arte se apresenta como um “esforço sistemático de inventariar e fazer balanço sobre aquilo que foi produzido em determinado período de tempo e área de abrangência” (Dayrel e Carrano, 2009, p. 7). Para que uma pesquisa denominada estado da arte seja confiável, é necessário o estabelecimento de um recorte claro de investigação, bem como das fontes e do tratamento realizado (Sposito, 2009).

Nesse sentido, o recorte da investigação se dá na identificação da produção discente realizada no âmbito dos programas de pós-graduação brasileiros, por meio da coleta de teses e dissertações elaboradas sobre a temática do financiamento da educação básica e que tenham sido produzidas no período de 2007 a 2024.

A escolha de estabelecer a pesquisa em torno da produção discente se deu pelo “pressuposto de que parte importante, e não muito visível, da produção de conhecimento no país se desenvolveu e ainda se desenvolve no processo de formação de novos pesquisadores no interior da Pós-Graduação” (Sposito, 2009, p. 11), assim como pela ausência de trabalhos presentes na produção científica que se dediquem à realização deste tipo abrangente de investigação, como discutido previamente.

O recorte temporal da pesquisa foi fixado no início da vigência do Fundeb transitório, que se constitui em um marco do exercício da função redistributiva e supletiva da União, ainda que não se mostre suficiente para garantia da equidade entre os entes federados (Pinto, 2018). Portanto, o recorte permite identificar em que medida o tema passa a ser abordado nas pesquisas acadêmicas, que podem se constituir em repertório de informações sobre os efeitos das diferentes fontes de financiamento educacional no país.

Ademais, o recorte foi estabelecido de forma ampla para permitir coletar a maior quantidade de teses e dissertações cujo escopo fosse o financiamento da educação básica, não se estabelecendo quaisquer limitações quanto à área do conhecimento das produções a serem investigadas. Não foram coletados trabalhos que discutissem o financiamento da educação superior.

A fonte dos dados foi o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. A escolha da fonte se deu por se tratar da ferramenta que consolida as “informações sobre teses e dissertações defendidas junto a programas de pós-graduação no país” (Capes, 2024). Atualmente, os dados constantes no catálogo são oriundos da Plataforma Sucupira (Capes, 2025a), vinculada ao Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) para realização da coleta de dados sobre os cursos de pós-graduação. O catálogo é o repositório dos dados coletados pela plataforma.

Isso dá segurança à escolha da fonte, uma vez que o preenchimento correto dos dados exigidos pela Plataforma Sucupira, dentre os quais se encontram os relacionados à produção discente para conclusão dos cursos de pós-graduação – teses e dissertações –, é requisito para a avaliação dos programas e garantia de sua permanência (Capes, 2025b).

Para a coleta, primeiramente foram utilizados como descritores de busca “financiamento” e “educação”. Após, realizou-se uma consulta ao Thesaurus Brasileiro da Educação, identificando-se os termos genéricos, associados à temática, “alocação de recursos” e “economia da educação”. Assim, houve nova consulta ao catálogo, utilizando-se os descritores “economia da educação”, bem como “alocação de recursos” e “educação”.

A partir da leitura dos títulos e resumos dos trabalhos encontrados, foram selecionados aqueles cujo escopo de análise era o financiamento da educação ou nos quais este compunha uma categoria central de discussão no trabalho. Não foram selecionados trabalhos com menções pontuais acerca do tema, sem que houvesse uma discussão ou análises específicas.<sup>2</sup> Os trabalhos selecionados foram baixados para a composição do banco de análise que subsidia a presente pesquisa.

Ainda, há casos posteriores a 2012 nos quais os trabalhos completos não estavam disponíveis para acesso no catálogo.<sup>3</sup> Nesses casos, o trabalho foi incluído no banco e devidamente considerado na análise, mas apenas com o salvamento de seu resumo, sem acesso ao texto completo.<sup>4</sup>

A opção de leitura apenas dos títulos e resumos dos trabalhos, embora não seja isenta de críticas no âmbito da produção de um estado da arte (Sposito, 2009), se apresenta como uma escolha viável, tendo em vista que são as seções dos trabalhos acadêmicos que “informam ao leitor, de maneira rápida, sucinta e objetiva sobre o trabalho do qual se originam” (Ferreira, 2002, p. 268).

Ferreira (2002) indica que as pesquisas denominadas estado da arte, que buscam a organização de trabalhos visando a “quantificação e identificação de dados bibliográficos” (Ferreira, 2002, p. 265), podem ser realizadas pela leitura apenas dos resumos. Contudo, o desafio que se coloca é maior quando se busca encontrar padrões ou lacunas nas produções, por exemplo, em relação à temática – como se busca realizar no presente caso –, havendo limitações nesta escolha metodológica, como a incompletude dos resumos, a ausência de padronização e a insegurança nas informações prestadas.

O catálogo apresenta informações acerca da autoria, do programa ao qual o trabalho é vinculado, ano da defesa, resumo do trabalho, orientador, informações sobre financiamento e vinculação a pesquisas ou grupos de pesquisa específicos, bem como *link* para acesso ao trabalho completo. Contudo, trabalhos defendidos anteriormente à implementação da

2. Nestes casos encontram-se trabalhos nos quais as conclusões ressaltam a necessidade de ampliação do financiamento, ou ele é citado como um elemento relevante na introdução ou discussões realizadas, mas que não contêm quaisquer análises ou debates sobre o financiamento da educação básica.

3. O envio dos arquivos das teses e dissertações pelos programas de pós-graduação à Plataforma Sucupira é obrigatório. Contudo, é possível não autorizar sua disponibilização para consulta pública (Sucupira, [s. d.]). Há ainda casos nos quais o arquivo disponibilizado é ata de defesa ou outro documento administrativo, e não o texto da produção. Nessas situações, os trabalhos completos também foram buscados via Google ou nos sítios dos programas correspondentes.

4. Do total de trabalhos coletados, apenas 36 possuem somente o resumo disponibilizado, o que corresponde a 5,86% do total de produções analisadas.

Plataforma Sucupira – ou seja, a 2012<sup>5</sup> – muitas vezes contemplam apenas a referência completa do trabalho, sem nenhuma outra informação. Nesses casos, em conjunto à leitura dos títulos dos trabalhos, foi realizada uma busca dos textos por meio do Google e nos sítios institucionais dos programas de pós-graduação correspondentes. Caso o trabalho completo ou ao menos seu resumo fosse encontrado, ele passou a constar no banco de dados construído. Nos casos em que nem mesmo essa informação estava disponível, houve registro das informações, mas o trabalho foi excluído da análise.<sup>6</sup>

Foi construído, então, um banco contendo 614 trabalhos,<sup>7</sup> organizados de acordo com as seguintes informações: título do trabalho; autoria; ano de produção; tipo de produção – se tese ou dissertação; área do conhecimento;<sup>8</sup> disponibilidade do trabalho – se resumo ou trabalho completo; a categoria em que o trabalho se encaixa; eventual subcategoria; se o trabalho analisa exclusivamente períodos anteriores a 2007; se apresenta a evolução de recursos ao longo do tempo; se apresenta novos mecanismos de financiamento; se discute o financiamento da educação infantil; ou se avalia resultados educacionais.<sup>9</sup>

Com a análise do título e dos resumos dos trabalhos, eles foram agrupados em categorias temáticas, elaboradas considerando duas variáveis: a primeira, o objeto central de análise anunciado nos resumos; a segunda, o tema que compõe o foco da presente análise. Cada trabalho compõe exclusivamente uma categoria temática. Tendo em vista que essa opção se demonstrou insuficiente para atender à diversidade de temas e escopos presentes nas pesquisas encontradas, foram construídas subcategorias que permitiram uma melhor vinculação dos objetos identificados nas produções selecionadas. O quadro 1, a seguir, apresenta a categoria principal, sua descrição e as subcategorias que a compõem.

QUADRO 1

**Categorias de análise dos trabalhos que compõem o estado da arte**

| Categoria                                 | Descrição                                                                                                                                                                                                                             | Subcategorias                   | Descrição                                                                                                                                   |
|-------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Análise das produções                     | Trabalhos que realizem estados da arte, estados do conhecimento ou análise sobre produções e circulação de produções sobre a temática do financiamento da educação básica.                                                            | –                               | –                                                                                                                                           |
| Fontes de financiamento                   | Trabalhos que analisam as fontes de financiamento específicas presentes no ordenamento jurídico brasileiro. Não se incluem aqui trabalhos cujo objeto de análise seja o Fundeb ou Fundef, que compõem categorias de análise próprias. | Vinculação constitucional e MDE | Trabalhos que se voltam para a análise do investimento em educação respeitando a vinculação constitucional e aplicação em despesas com MDE. |
|                                           |                                                                                                                                                                                                                                       | Salário-educação                | Trabalhos que analisam os recursos advindos da contribuição do salário-educação.                                                            |
|                                           |                                                                                                                                                                                                                                       | PIB                             | Trabalhos que discutem a necessidade de que o investimento em educação esteja atrelado ao PIB.                                              |
|                                           |                                                                                                                                                                                                                                       | Royalties do petróleo           | Trabalhos que analisam a vinculação de royalties do petróleo ou do fundo do pré-sal para o financiamento da educação básica.                |
| Elaboração das políticas de financiamento | Trabalhos que discutem a formação das políticas e as influências existentes em sua construção. Não contempla os trabalhos que analisam exclusivamente a elaboração do Fundeb.                                                         | –                               | –                                                                                                                                           |

(Continua)

5. Disponível em: <https://sites.google.com/view/tutoriaisucupira/home?authuser=0>. Acesso em: 12 jul. 2025.

6. A quantidade de trabalhos excluídos da coleta por essas condições é de 28 teses/dissertações.

7. Uma pasta compactada contendo as 614 teses e dissertações levantadas para este relatório, organizadas em suas respectivas categorias e subcategorias, está disponível mediante solicitação direta aos autores. Além disso, disponibiliza-se uma planilha com informações dos trabalhos analisados, que pode ser acessada em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstreams/b0f7c3d1-5964-44fb-ad14-ec3925882369/download>.

8. Em relação ao campo “área do conhecimento”, há uma grande quantidade de denominações dos programas de pós-graduação existentes no país. Assim, realizou-se um agrupamento dos trabalhos por área, a fim de facilitar a análise.

9. Esses temas foram enfatizados no levantamento bibliográfico em razão de manifesto interesse da SEB/MEC em atentar para trabalhos que versam sobre tais objetos.

(Continuação)

| Categoria            | Descrição                                                                                                                                                                                                                                                                              | Subcategorias                             | Descrição                                                                                                                                                                                             |
|----------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Relações federativas | Trabalhos que discutem as relações entre os entes federados, de forma mais ampla, no financiamento da educação. Inclui trabalhos que analisam as capacidades financeiras dos entes federados.                                                                                          | Função redistributiva e supletiva         | Trabalhos que fazem análises focadas na função redistributiva e supletiva da União, não se limitando às políticas de fundos.                                                                          |
|                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Capacidades de financiamento              | Trabalhos que fazem a análise da capacidade de financiamento dos entes federados.                                                                                                                     |
|                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Descentralização                          | Trabalhos que analisam políticas financeiras de descentralização do financiamento, bem como seus efeitos na gestão escolar.                                                                           |
|                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Regime de colaboração                     | Trabalhos que apresentam o regime de colaboração entre os entes federados nas políticas de financiamento.                                                                                             |
| Fundef               | Trabalhos que fazem a análise do Fundef e seus efeitos no financiamento da educação.                                                                                                                                                                                                   | —                                         | —                                                                                                                                                                                                     |
| Fundeb               | Trabalhos que fazem a análise do Fundeb e seus efeitos no financiamento da educação. Trabalhos que discutem o Fundef e o Fundeb encontram-se nesta categoria. Todo e qualquer trabalho cujo objeto de análise seja o Fundeb está incluído nesta e não em outras categorias existentes. | Condicionalidades do VAAR                 | Trabalhos que discutem as condicionais do VAAR, instituído no Fundeb permanente.                                                                                                                      |
|                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Controle social ou por órgãos de controle | Trabalhos que analisam a atuação do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundef ou do Fundeb ou outros mecanismos de controle sobre as políticas de fundos.                                |
|                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Cooperação federativa                     | Trabalhos que analisam a relação entre os entes federados no âmbito das políticas de fundos.                                                                                                          |
|                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Efeitos em etapas e modalidades           | Trabalhos que buscam avaliar os efeitos do Fundeb nas diversas etapas ou modalidades da educação básica, em relação à expansão de vagas, universalização etc.                                         |
|                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Efeitos nas redes de ensino               | Trabalhos que buscam avaliar os efeitos do Fundeb não apenas em uma etapa ou modalidade educacional, mas sim no âmbito do financiamento das redes de ensino como um todo.                             |
|                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Efeitos redistributivos                   | Trabalhos voltados à análise dos efeitos redistributivos do Fundeb, incluindo aqueles que avaliam os efeitos na equalização/redução das desigualdades.                                                |
|                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Elaboração do Fundeb                      | Trabalhos que discutem os movimentos realizados para a elaboração do Fundeb, incluindo os debates legislativos e atores envolvidos na formulação da política.                                         |
|                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Evolução das políticas de fundos          | Trabalhos que analisam como o Fundeb foi sendo implementado no decurso do tempo e seus efeitos no financiamento, de forma ampla.                                                                      |
|                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Impacto nos resultados                    | Trabalhos que analisam o impacto do Fundeb nos resultados educacionais, assim considerados a ampliação do acesso, condições de oferta e avaliações em larga escala.                                   |
|                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Privatização                              | Trabalhos que discutem a destinação de recursos do Fundeb para instituições privadas, pela via do conveniamento.                                                                                      |
|                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Qualidade                                 | Trabalhos que analisam os efeitos do Fundeb para a melhoria da qualidade da educação básica, incluindo trabalhos que discutem o custo-aluno-qualidade (CAQ) e o custo-aluno-qualidade inicial (CAQi). |
|                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Valorização docente                       | Trabalhos que analisam os efeitos do Fundeb nas políticas de valorização docente, em especial na remuneração de profissionais da educação.                                                            |

(Continua)

(Continuação)

| Categoria                                   | Descrição                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Subcategorias                       | Descrição                                                                                                                                         |
|---------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Análise do financiamento da educação básica | Trabalhos que analisam o financiamento das diferentes etapas e modalidades da educação básica, incluindo estudos de caso. Aqui se encontram os textos que não focam sua discussão nas políticas de fundos, mas sim na caracterização ampla do financiamento em determinadas etapas e modalidades educacionais ou em redes de ensino específicas. | Educação básica                     | Trabalhos que focam a análise na educação básica como um todo, sem olhar para uma etapa ou modalidade específica.                                 |
|                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Educação especial                   | Trabalhos que discutem o financiamento da educação especial.                                                                                      |
|                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Educação infantil                   | Trabalhos que discutem o financiamento da educação infantil.                                                                                      |
|                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Educação no campo                   | Trabalhos que discutem o financiamento da educação no/do campo.                                                                                   |
|                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Educação profissional e tecnológica | Trabalhos que discutem o financiamento da educação profissional e tecnológica (EPT).                                                              |
|                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Educação de jovens e adultos        | Trabalhos que discutem o financiamento da educação de jovens e adultos (EJA).                                                                     |
|                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Ensino fundamental                  | Trabalhos que discutem o financiamento do ensino fundamental.                                                                                     |
|                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Ensino médio                        | Trabalhos que discutem o financiamento do ensino médio.                                                                                           |
|                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Redes de ensino                     | Trabalhos que analisam o financiamento de determinadas redes de ensino.                                                                           |
|                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Tempo integral                      | Trabalhos que discutem o financiamento da educação em tempo integral, mas sem olhar para um único programa.                                       |
| Gestão financeira                           | Trabalhos que discutem a gestão financeira dos recursos recebidos por escolas da educação básica.                                                                                                                                                                                                                                                | —                                   | —                                                                                                                                                 |
| Programas para a educação básica            | Trabalhos que versam sobre programas específicos destinados ao financiamento da educação básica, como os geridos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ou programas próprios desenvolvidos pelas redes de ensino de estados e municípios.                                                                                    | Alimentação escolar                 | Trabalhos sobre os programas para financiamento da alimentação escolar.                                                                           |
|                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Assistência estudantil              | Trabalhos que analisam programas que financiam a assistência estudantil, especialmente no ensino médio e na educação técnica-profissional.        |
|                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Educação em tempo integral          | Trabalhos que discutem programas de financiamento da educação em tempo integral.                                                                  |
|                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Educação no campo                   | Trabalhos que discutem programas de financiamento da educação no campo.                                                                           |
|                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Educação profissional e tecnológica | Trabalhos que discutem programas de financiamento da educação profissional e tecnológica (EPT).                                                   |
|                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | PAR                                 | Trabalhos que analisam o financiamento via Plano de Ações Articuladas (PAR).                                                                      |
|                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | PDDE                                | Trabalhos que discutem o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).                                                                               |
|                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Proinfância                         | Trabalhos sobre o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância). |
|                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Transporte escolar                  | Trabalhos que analisam programas que financiam o transporte escolar.                                                                              |
|                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Outros programas                    | Trabalhos que analisam outros programas de financiamento, além dos indicados nas demais subcategorias.                                            |
| Financiamento externo                       | Trabalhos que analisam os processos de financiamento da educação por subsídios ou recursos de organismos multilaterais.                                                                                                                                                                                                                          | —                                   | —                                                                                                                                                 |
| Pesquisa comparada                          | Trabalhos que analisam o financiamento de outros Estados exclusivamente ou de forma comparada ao financiamento educacional do Brasil.                                                                                                                                                                                                            | —                                   | —                                                                                                                                                 |
| Custos e gastos educacionais                | Trabalhos que analisam o custo ou gasto aluno, fazendo o levantamento nas redes de ensino. Não se enquadram nesta categoria trabalhos que analisam CAQ ou CAQi, que são integrados a outras categorias.                                                                                                                                          | —                                   | —                                                                                                                                                 |

(Continua)

(Continuação)

| Categoria                     | Descrição                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | Subcategorias                        | Descrição                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|-------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Financiamento e qualidade     | Trabalhos que analisam os efeitos das políticas de financiamento para a promoção da qualidade da educação básica.                                                                                                                                                                                                                                                                     | CAQ/CAQi                             | Trabalhos que discutem o CAQ/CAQi sem a vinculação específica às políticas de fundos.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|                               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | Efeitos no Ideb                      | Trabalhos que avaliam os efeitos das políticas de financiamento nos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|                               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | Eficiência da alocação de recursos   | Trabalhos que avaliam a eficiência do gasto público e da gestão dos recursos em educação tendo em conta diversos indicadores, como o Ideb ou resultados de provas de proficiência ou de avaliações em larga escala.                                                                                                                                                                                                                                                 |
|                               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | Efeitos na proficiência              | Trabalhos que analisam a relação entre o gasto em educação e a melhoria dos resultados obtidos por estudantes nas avaliações de proficiência.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|                               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | Efeitos em indicadores educacionais  | Trabalhos que analisam os efeitos das políticas de financiamento em diversos indicadores educacionais, como o IDEB, resultados de proficiência, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)-Educação etc. A diferença desta subcategoria em relação a outras é que nestes trabalhos o foco de análise não reside em apenas um indicador, mas na análise de uma série de indicadores em um único trabalho. |
|                               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | Efeitos em avaliações internacionais | Trabalhos que discutem as relações entre o financiamento e os resultados obtidos em avaliações internacionais, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa).                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| Financiamento e desigualdades | Trabalhos que discutem as relações entre o financiamento da educação e as desigualdades. Estão nesta categoria tanto trabalhos que debatem as desigualdades de financiamento quanto trabalhos que olham para os efeitos das políticas de financiamento nas desigualdades educacionais e sociais.                                                                                      | Desigualdades de financiamento       | Trabalhos que analisam as desigualdades de financiamento entre os diferentes entes federados.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|                               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | Desigualdades educacionais           | Trabalhos que analisam os efeitos das políticas de financiamento nas desigualdades educacionais.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| Valorização docente           | Trabalhos que analisam o efeito das políticas de financiamento na valorização docente, notadamente na remuneração, condições de trabalho e carreira. Trabalhos que olham apenas para os efeitos de fundos na valorização não se encontram nesta categoria, estando presentes nas categorias Fundef ou Fundeb.                                                                         | PSPN                                 | Trabalhos que analisam especificamente os efeitos do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) sobre a remuneração docente.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| Privatização                  | Trabalhos que analisam a destinação de recursos públicos para instituições privadas de educação básica.                                                                                                                                                                                                                                                                               | —                                    | —                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| Controle do financiamento     | Trabalhos que analisam formas de controle do financiamento da educação básica, tanto os exercidos por instituições externas – tribunais de contas, Poder Judiciário etc. – como por participação social. Não se enquadram aqui trabalhos que olham para o controle exercido exclusivamente sobre as políticas de fundos, que se encontram nas categorias próprias do Fundef e Fundeb. | —                                    | —                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| Políticas de austeridade      | Trabalhos que discutem os efeitos das políticas de austeridade sobre o financiamento da educação básica.                                                                                                                                                                                                                                                                              | —                                    | —                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |

Elaboração dos autores.

3 ESTADO DA ARTE

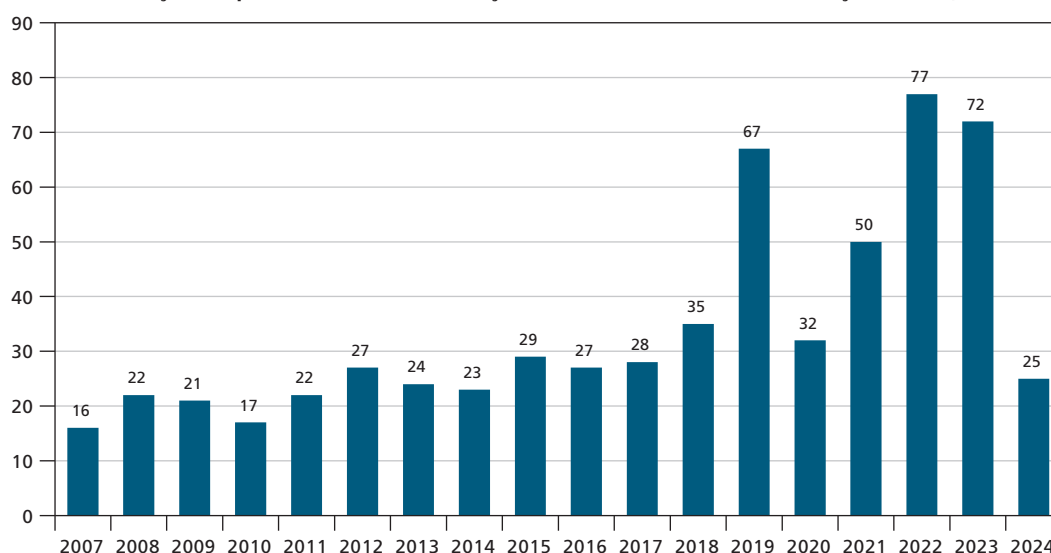
Como já apontado, após a coleta das teses e dissertações no catálogo da Capes, foram encontrados 614 trabalhos, dos quais 36 só foi possível acessar o título e resumo – os textos completos dos demais estavam disponíveis. Destes trabalhos, 134 são teses e 480, dissertações.

A primeira análise realizada diz respeito à temporalidade dos trabalhos. O recorte temporal previamente apresentado neste relatório incluiu trabalhos cuja produção ocorreu entre 2007 e 2024. O gráfico 1, a seguir, indica a distribuição temporal da produção analisada.

A análise do gráfico demonstra que a pesquisa sobre financiamento da educação básica nos programas de pós-graduação no Brasil se amplia a partir de 2018 e 2019. A hipótese que se apresenta é a proximidade do encerramento da vigência do Fundeb transitório, com a necessidade de se pensar nas formas de financiamento da educação básica. Chama a atenção o fato de que apenas 32,7% dos trabalhos (201) foram produzidos na primeira metade do período de análise, ou seja, até 2015.

A queda de produções em 2020 e 2021 deve ter relação com a redução das titulações no período, em razão da pandemia de covid-19 (Ribeiro, 2023). Essa produção represada destes dois anos pode ter influenciado um aumento no volume de textos em 2022 e 2023, especialmente ante a redução de trabalhos em 2024. Contudo, é necessário considerar que a aprovação do Fundeb permanente, em 2020, também pode ter influenciado o crescimento da produção acadêmica no período.

GRÁFICO 1

**Distribuição temporal das teses e dissertações sobre financiamento da educação básica (2007-2024)**

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.  
Elaboração dos autores.

Importa esclarecer que, embora o recorte temporal da presente investigação tenha sua justificativa no início da vigência do Fundeb transitório, em 2007, há 29 trabalhos cujo escopo se debruça exclusivamente sobre períodos anteriores a 2007. Ou seja, nem todos os trabalhos analisados dizem respeito às políticas de financiamento elaboradas e implementadas após 2007.

Outro dado coletado diz respeito à área do programa de pós-graduação na qual o trabalho foi desenvolvido. A figura 1, a seguir, apresenta as trinta áreas do conhecimento nas quais foram encontrados trabalhos que discutem o financiamento da educação básica, sendo que as palavras maiores e com cores mais escuras aparecem em maior frequência.<sup>10</sup> Chama atenção que 74,4% (457 trabalhos) foram produzidos em programas de pós-graduação vinculados à área da educação ou ensino; a segunda área com mais produções é a da economia, com 5,5% (34 trabalhos), seguida pelas áreas das políticas públicas e do direito, com 3,9% (24) e 3,7% (23), respectivamente.

FIGURA 1

Áreas do conhecimento dos programas de pós-graduação nas quais as teses e dissertações foram elaboradas



Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.  
Elaboração dos autores com uso da ferramenta Copilot da Microsoft.

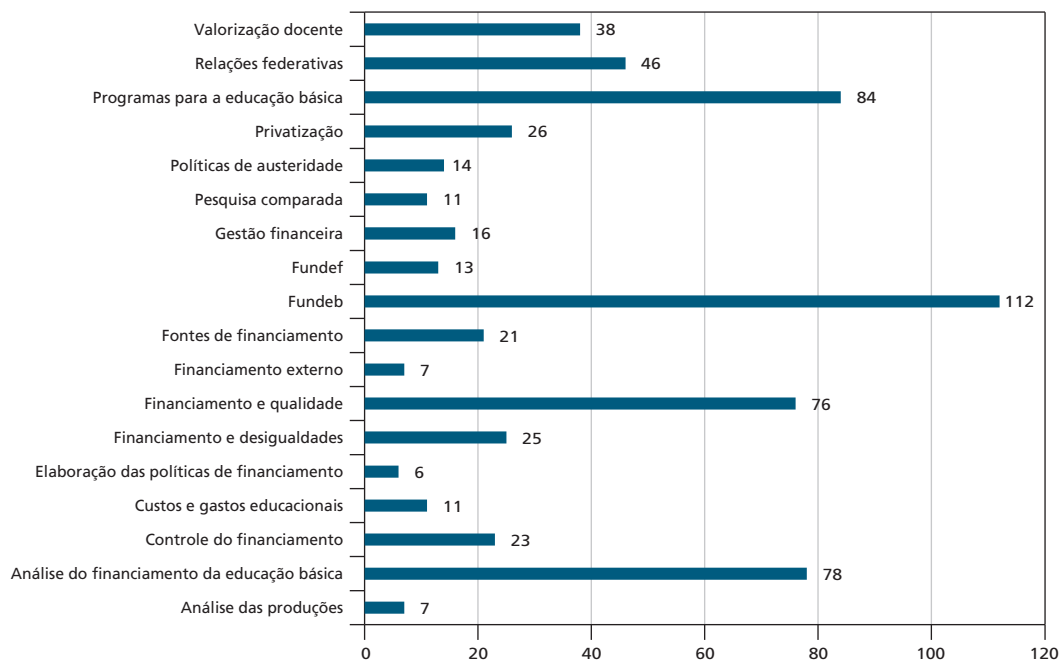
Na sequência, a análise se volta para as categorias temáticas indicadas no quadro 1. O gráfico 2 apresenta a quantidade de trabalhos existente em cada uma destas categorias. É possível verificar que 57,5% dos trabalhos (353) estão presentes em quatro categorias: *Fundeb*, *programas para a educação básica*, *financiamento e qualidade*, e *análise do financiamento da educação básica*.

Tendo em vista que três dessas quatro categorias foram criadas em razão do objeto de análise dos trabalhos, era esperado que reunissem a maior quantidade de trabalhos. Contudo, o destaque reside na quantidade de trabalhos que compõem a categoria financiamento e qualidade. Nesta categoria não estão incluídos, por exemplo, trabalhos sobre o Fundeb que discutem aspectos da qualidade da educação básica relacionadas ao financiamento, o que demonstra um interesse de pesquisa específico na temática.

10. É necessário considerar que a nuvem de palavras foi gerada considerando a proporcionalidade da frequência dos termos, mas de forma que todos pudessem ficar visíveis na figura. Logo, a magnitude de cada palavra não apresenta uma proporção exata, mas sim aproximada.

GRÁFICO 2

## Trabalhos de acordo com as categorias temáticas



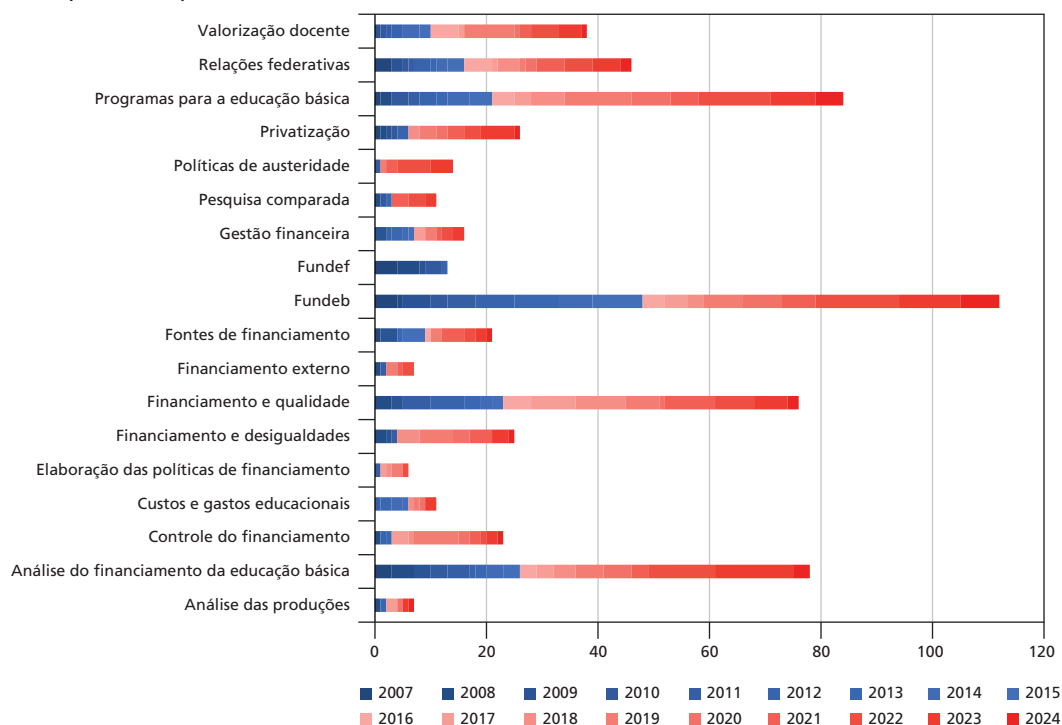
Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.  
Elaboração dos autores.

Buscou-se compreender o comportamento dessas produções ao longo do tempo, com o intuito de identificar como as produções em cada categoria se organizam temporalmente. O gráfico 3 indica a distribuição dos trabalhos, em cada categoria, ao longo do tempo. Como visto anteriormente, a maior parte da produção foi realizada na segunda metade do recorte temporal, ou seja, a partir de 2016, o que está indicado pelas cores em tons de vermelho no gráfico.

É possível perceber que apenas os trabalhos na categoria Fundef foram produzidos nos primeiros anos do recorte temporal. A maior parte das categorias possui trabalhos distribuídos em praticamente todo o período de análise, com destaque para as quatro categorias que reúnem a maior quantidade de trabalhos. Contudo, percebe-se que as produções sobre as políticas de austeridade, financiamento e desigualdades, controle do financiamento e análise das produções concentram seus trabalhos em períodos mais recentes, passando a compor a agenda da pesquisa sobre financiamento da educação básica no país.

GRÁFICO 3

**Trabalhos de acordo com as categorias temáticas produzidos em cada ano do recorte temporal (2007-2024)**



Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.

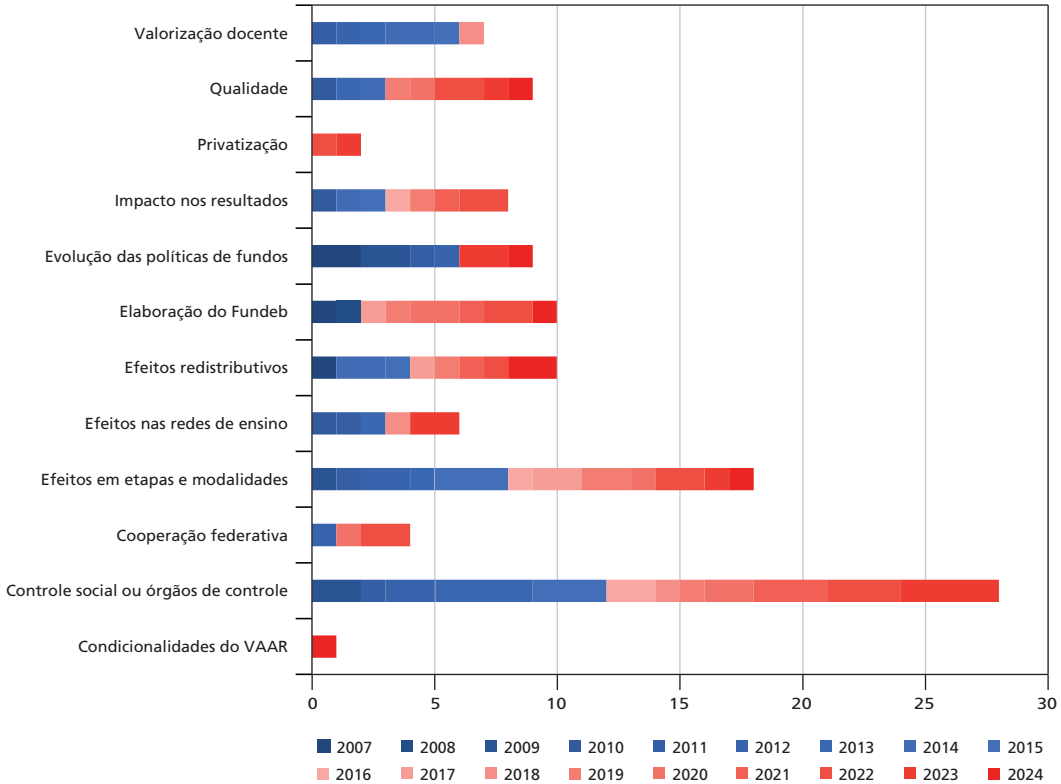
Elaboração dos autores.

Obs.: A série histórica utilizada para a elaboração deste gráfico consta no apêndice A.

Tendo em vista que mais da metade dos trabalhos analisados compõem quatro categorias temáticas, a análise a seguir se volta para as subcategorias presentes em cada uma delas. O gráfico 4 diz respeito à categoria Fundeb. Percebe-se uma grande quantidade de trabalhos com interesse nas discussões sobre o controle da política e sobre os efeitos da mesma sobre as diferentes etapas e modalidades educacionais, presente em todo o período temporal analisado. Os trabalhos sobre valorização docente e elaboração das políticas de fundos, por sua vez, parecem ser mais frequentes até 2015, havendo uma redução das pesquisas no período posterior. Já os trabalhos sobre qualidade, impactos nos resultados, elaboração do Fundeb e cooperação federativa parecem integrar os interesses de pesquisa em períodos mais recentes, sendo os trabalhos sobre o uso de recursos do Fundeb para o financiamento na iniciativa privada produzidos apenas nos últimos anos do recorte temporal analisado.

É importante, ainda, destacar que as subcategorias aqui presentes têm relação com outras grandes categorias de análise indicadas no quadro 1, o que permite uma relação entre os trabalhos com outros constantes em grupos temáticos diversos.

GRÁFICO 4  
Subcategorias das teses e dissertações sobre o Fundeb (2007-2024)



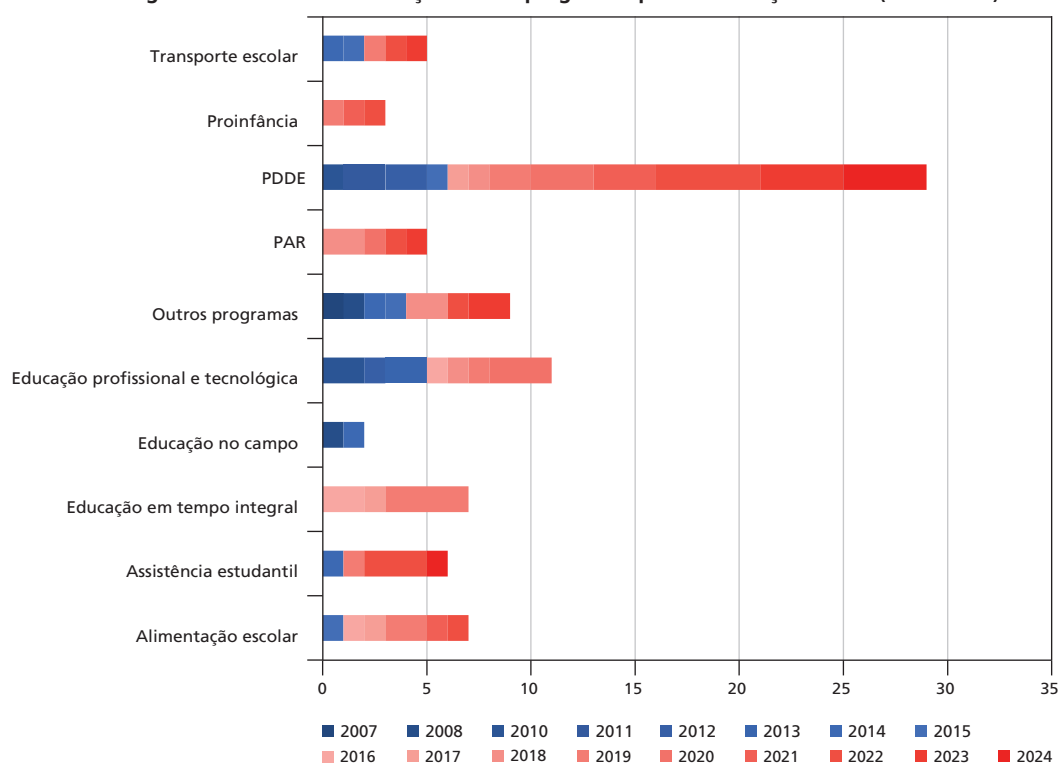
Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.  
Elaboração dos autores.  
Obs.: A série histórica utilizada para a elaboração deste gráfico consta no apêndice A.

Para avaliação da segunda maior categoria em quantidade de trabalhos, programas para a educação básica, foi elaborado o gráfico 5, que indica o grande interesse de pesquisa em relação ao PDDE desde os primeiros anos do recorte temporal. Programas vinculados à educação profissional e tecnológica são a segunda temática mais presente na categoria e são distribuídos temporalmente de forma mais persistente durante o período temporal analisado, não obstante não pareçam constituir – pelo menos no âmbito das discussões específicas sobre programas para a educação básica – a pauta da pesquisa pós-2020.

Trabalhos sobre os programas Proinfância, PAR e Educação em Tempo Integral somente aparecem na agenda de pesquisa após 2015, ainda que a última subcategoria esteja localizada temporalmente de forma exclusiva entre 2016 e 2019. Apenas dois trabalhos sobre programas relacionados à educação no campo foram produzidos, e estão localizados temporalmente em 2008 e 2014. Trabalhos sobre transporte escolar, assistência estudantil e alimentação escolar aparecem em diversos anos do período.

GRÁFICO 5

Subcategorias das teses e dissertações sobre programas para a educação básica (2007-2024)



Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.

Elaboração dos autores.

Obs.: A série histórica utilizada para a elaboração deste gráfico consta no apêndice A.

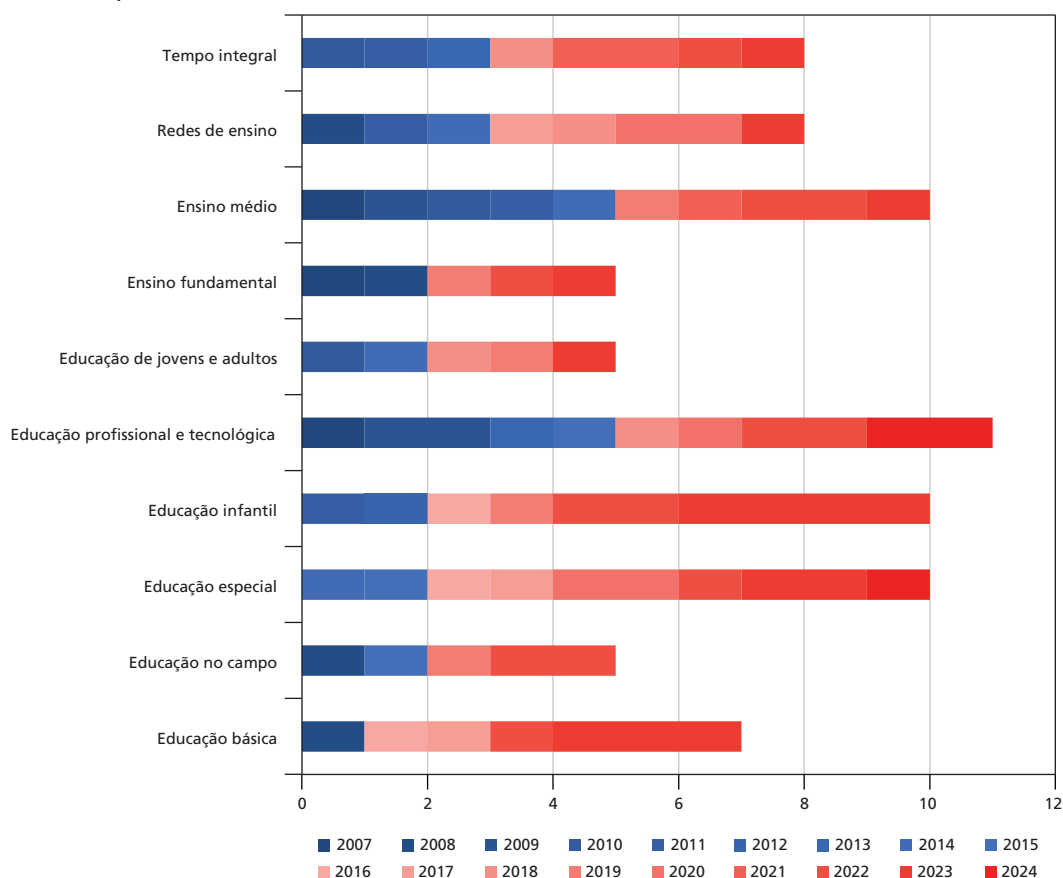
O gráfico 6 indica as subcategorias que compõem a categoria análise do financiamento da educação básica. Trata-se de trabalhos voltados à avaliação do modo como o financiamento é aplicado e seus efeitos em diversas etapas e modalidades educacionais, ou a investigação de sua configuração nas próprias redes de ensino. São trabalhos que voltam o olhar para diferentes fontes de financiamento visando avaliar a composição dos recursos de forma mais ampla.

Justamente pelas características dessas pesquisas, percebe-se que em todas as categorias há um comportamento similar: existência de produções de forma crescente ao longo do período de análise. Há um destaque para as categorias *educação profissional e tecnológica*, *educação infantil*, *ensino médio* e *educação especial*, com uma quantidade de trabalhos superior às das demais categorias.

É importante esclarecer que as subcategorias tempo integral e educação no campo se diferenciam daquelas presentes na temática dos programas para a educação básica, pois os trabalhos não se debruçam sobre um programa específico, mas sim realizam uma análise de como se dá a composição e aplicação dos recursos nessas modalidades educacionais e forma de oferta.

GRÁFICO 6

**Subcategorias das teses e dissertações sobre análise do financiamento da educação básica (2007-2024)**



Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.

Elaboração dos autores.

Obs.: A série histórica utilizada para a elaboração deste gráfico consta no apêndice A.

Por fim, a categoria financiamento e qualidade possui uma organização diferente da presente nas três anteriormente apresentadas. No caso daquelas, todos os trabalhos constam nas subcategorias criadas. Nesta, há trabalhos que não compõem uma categoria temática específica e estão classificados no gráfico como outros temas, que avaliam diferentes dimensões de qualidade da educação básica, tais como infraestrutura, quantidade de alunos por turma, formação docente, remuneração etc., considerando a necessidade de recursos financeiros na área educacional e as condições para a oferta. Também foram encontrados trabalhos que investigam o custo, olhando para a composição do CAQ ou CAQi como referencial do financiamento adequado.

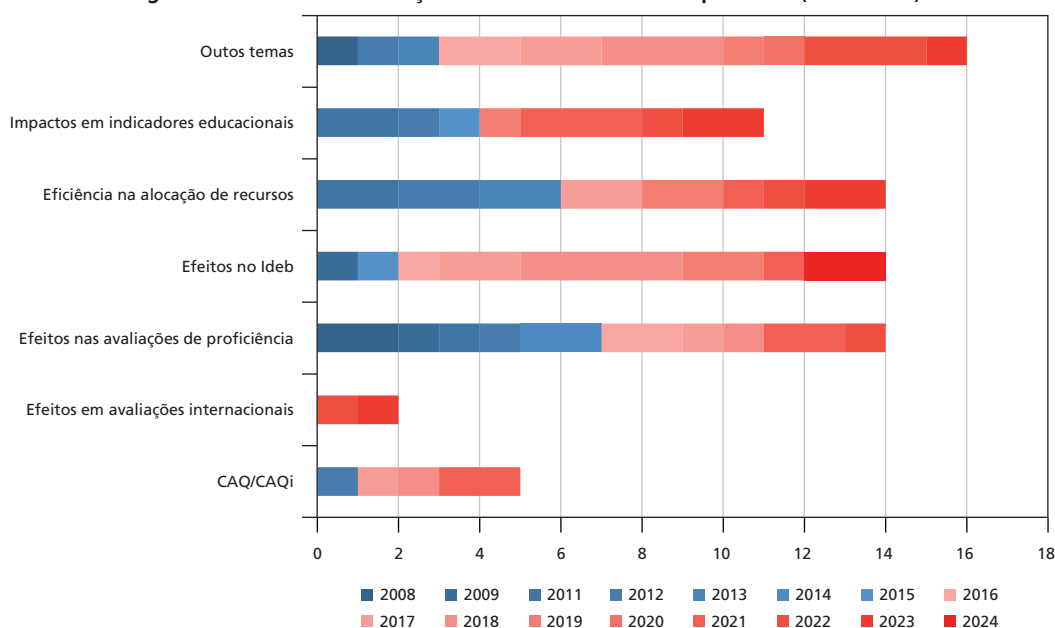
Contudo, há uma grande gama de trabalhos voltados à investigação das relações entre financiamento e qualidade a partir dos resultados educacionais e do desempenho dos estudantes em avaliações de proficiência, bem como trabalhos a respeito dos indicadores educacionais e a eficiência na alocação de recursos. Estes trabalhos foram classificados, a depender do seu foco de análise, nas seguintes categorias: impactos em indicadores educacionais, eficiência na alocação de recursos, efeitos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), efeitos nas avaliações de proficiência, e efeitos em avaliações internacionais.

O gráfico 7, portanto, apresenta a quantidade e distribuição temporal destes trabalhos em cada uma das subcategorias. Conforme a análise dos dados presentes no gráfico, observa-se que a maioria das produções vai analisar a eficácia do financiamento para a melhoria da qualidade da educação básica a partir de uma concepção de avaliação de resultados educacionais, assim considerados aqueles obtidos pelos estudantes em testes de proficiência.

É importante esclarecer que nem todos os trabalhos existentes nesta subcategoria vinculam o conceito de qualidade exclusivamente aos resultados em exames, sendo essa uma das possíveis dimensões de qualidade a serem avaliadas. De qualquer maneira, percebe-se que os trabalhos que analisam as relações entre financiamento e qualidade sem o foco nos resultados educacionais – representados nas categorias CAQ/CAQi e outros temas – são mais presentes na segunda metade do recorte temporal.

GRÁFICO 7

**Subcategorias das teses e dissertações sobre financiamento e qualidade (2007-2024)**



Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.

Elaboração dos autores.

Obs.: A série histórica utilizada para a elaboração deste gráfico consta no apêndice A.

No próximo tópico será elaborada uma análise pontual das categorias, destacando as principais discussões apresentadas, para além da análise bibliométrica realizada.

### 3.1 O que as pesquisas sobre financiamento da educação básica têm discutido?

Uma vez que um estado da arte se destina a construir uma história da pesquisa sobre determinado tema (Ferreira, 2002) – no presente caso, do financiamento da educação básica –, esta subseção objetiva elencar os principais debates presentes em cada uma das categorias de análise.

O quadro 1, apresentado previamente, já sintetiza o esforço de indicar a temática central das produções presentes em cada uma das categorias. Portanto, a partir de agora serão apresentadas algumas discussões identificadas, ainda que de forma preliminar, nos resumos dos trabalhos coletados.

A discussão é iniciada pela categoria análise das produções, pois ela permite identificar a existência de outros trabalhos que buscaram realizar a identificação dos temas e abordagens presentes na pesquisa científica sobre financiamento da educação básica. Como já mencionado, estes trabalhos olham para fontes específicas de informação ou realizam uma revisão da literatura a partir de temas de interesse no âmbito do financiamento.

No âmbito do desenvolvimento histórico do financiamento educacional brasileiro, foram encontrados trabalhos que debatem como diferentes políticas de financiamento foram elaboradas no Brasil. Essas produções buscam identificar os embates sociais, políticos e legislativos, além dos atores envolvidos na construção dos diferentes mecanismos existentes no país.

Na sequência é apresentada a categoria fontes de financiamento. Parte dos trabalhos se debruça sobre a análise de fontes já existentes de financiamento da educação básica, como as discussões em torno da vinculação constitucional, MDE, salário-educação, *royalties* do petróleo e fundo social do pré-sal, e até mesmo o ICMS Educação, constitucionalizado na EC nº 108/2020. Mas há, também, trabalhos destinados à discussão da composição dos orçamentos familiares e sua relação com investimento privado em educação (Shimote, 2015); à avaliação do comportamento dos investimentos em educação com o atingimento de metas de superávit primário (Ferreira, 2019); sobre a importância da arrecadação tributária própria de municípios do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) para a ampliação do financiamento (Oliveira, 2021), e até destinados à discussão da proposta de uma nova fonte de financiamento a partir da indústria de energia elétrica (Franco, 2009).

As categorias Fundef e Fundeb, embora possam compor a categoria de fontes de financiamento, foram organizadas separadamente em virtude não apenas da centralidade das políticas de fundos para o financiamento da educação básica, como também da própria dependência dos municípios destes mecanismos para a garantia de funcionamento de suas redes de ensino (Alves e Pinto, 2020). Alie-se a isso a grande quantidade de pesquisas identificadas com esse objeto na presente coleta, sendo 112 sobre o Fundeb e treze sobre o Fundef, totalizando 125 trabalhos – o que corresponde a 20,4% dos casos estudados.

A categoria relações federativas, por sua vez, contempla tanto os trabalhos que vão avaliar as relações existentes entre os diferentes entes federados para o financiamento da educação básica – olhando para a função redistributiva e supletiva da União e a cooperação federativa –, quanto trabalhos que buscam identificar a capacidade de financiamento das diferentes redes de ensino. Neste caso é importante ressaltar que a categorização das produções se deu a partir do foco específico de análise, sendo que há trabalhos que trazem em suas conclusões os efeitos do regime de colaboração em matéria de financiamento na equalização das oportunidades educacionais (Cruz, 2009) e nas condições de oferta e qualidade (Pergher, 2007; Silva, 2023).

As categorias programas da educação básica e análise do financiamento da educação básica, como se percebe da análise dos gráficos 5 e 6, apresentados anteriormente, têm um grande foco na operacionalização do financiamento e em seus efeitos em etapas, modalidades e nas redes de ensino. Dedicam-se a um tratamento analítico das fontes e aplicação dos recursos, a fim de identificar em que medida alcançam os objetivos para os quais as políticas foram traçadas. Grande parte dos trabalhos presentes nestas categorias analisa realidades educacionais específicas de uma ou algumas redes de ensino pontuais, algumas vezes de forma comparativa.

Também foram identificados trabalhos que avaliam de forma bastante específica a gestão financeira dos recursos pelos sistemas e, mais detidamente, por escolas. Estes trabalhos compõem a categoria gestão financeira e se debruçam sobre a análise da efetividade da aplicação de recursos no chão da escola, mas também sobre o controle desta atividade.

Há estudos que buscam analisar a existência de financiamento de organismos internacionais como fonte de recursos para a educação básica e as condicionalidades por eles impostas. Esses trabalhos foram reunidos na categoria financiamento externo e discutem como essas fontes de financiamento interferem na gestão dos recursos para esta área social, a exemplo do trabalho de Martins (2019).

Para além dos trabalhos que estudam o financiamento de organismos internacionais, há aqueles que se destinam a uma análise comparativa do financiamento educacional brasileiro com o de outros países (Mateus, 2008; Jardim, 2010; Diniz Junior, 2021; Silva, 2021; Silva, 2022; Tormes, 2022), ou que investigam especificamente os recursos destinados à educação em outros Estados nacionais (Bellix, 2013; Correia, 2021; Perciney, 2022; Indjai, 2023; Paz, 2023), que estão reunidos na categoria pesquisa comparada.

A categoria custos e gastos educacionais, por sua vez, conta com trabalhos que buscam mensurar os gastos de redes de ensino por aluno e, de forma mais incipiente, os custos efetivos para a promoção da educação básica. As pesquisas sobre gastos identificadas buscam, a partir de dados oficiais, mensurar os valores inclusive para todas as redes de um estado (Corolo, 2019) ou até mesmo do país (Ferraz, 2013). Já as pesquisas sobre custos têm abrangências menores, olhando detidamente para uma rede de ensino (Silva, 2011; Sousa, 2014; Cardoso, 2018; Ferraz, 2020; Paula, 2023). Chama atenção um trabalho que apresenta um caminho possível para a estimativa de custos por estudantes no nível da escola (Brant, 2023).

A categoria financiamento e qualidade demonstra que há um forte interesse de pesquisa no sentido de identificar os efeitos das políticas de financiamento sobre a qualidade da educação básica e sobre os resultados educacionais. Como discutido na seção anterior, os debates giram em torno dos insumos para promoção de uma educação em condições de qualidade, mas também da efetividade de aplicação dos recursos financeiros sob a lógica dos resultados de proficiência de estudantes.

Há um grupo de trabalhos que centram suas discussões nas desigualdades de financiamento, comparando-se as desigualdades verticais (entre entes diferentes, como União-estados-municípios) ou horizontais (municípios-municípios e estados-estados);

desigualdades educacionais, analisando-se os efeitos do financiamento sobre a equalização das oportunidades; e sociais. Estes trabalhos foram reunidos em uma única categoria: financiamento e desigualdades.

Outro tema recorrente nas pesquisas sobre financiamento da educação básica são os reflexos destas políticas sobre a remuneração, carreira e condições de trabalho dos profissionais da educação. Esses trabalhos foram reunidos na categoria valorização docente, que analisa os impactos de determinadas políticas na remuneração dos professores (Nascimento, 2019; Lima, 2019); ou efeitos de políticas de austeridade especificamente sobre a remuneração docente (Jarcem, 2023).

A análise do gráfico 3, apresentado no tópico anterior, indica uma categoria cujo interesse de pesquisa tem crescido nos últimos anos: a privatização. A pesquisa acadêmica, de forma geral, tem olhado para este fenômeno sob diferentes vieses: interferência na construção das políticas educacionais, tomada das agendas decisórias, interferências nas políticas curriculares, entre outras questões. Contudo, uma importante dimensão deste debate reside nas políticas de financiamento, cujos estudos avaliam o direcionamento de recursos públicos para a iniciativa privada por diferentes vias: conveniamento – inclusive constitucionalizado no âmbito da educação infantil e da educação profissional e tecnológica por meio da EC nº 108/2020, Fundeb permanente –, políticas de *vouchers* e bolsas etc. Assim, os trabalhos da categoria privatização contemplam tão somente as produções acadêmicas que fazem a análise das discussões em torno do direcionamento do fundo público para a iniciativa privada, destacando-se os trabalhos que demonstram como essa tem sido uma opção para a ampliação da oferta (Casagrande, 2012; Oliveira, 2023).

Outro tema que vem ganhando espaço nas pesquisas acadêmicas é o do controle do financiamento. Há um foco específico na atuação dos tribunais de contas, como mecanismo de controle externo, para esse fim (Ferreira, 2019; Prado, 2019; Silva, 2019; Ferreira, 2024; entre outros), mas também trabalhos que buscam avaliar a participação social no controle dos recursos públicos destinados à educação (Umann, 2008; Maia, 2021) ou a transparência e acesso às informações (Quirino, 2018; Oliveira, 2019).

Por fim, após a edição da EC nº 95/2015, que estabeleceu um teto para gastos sociais do governo federal, incidindo sobre os gastos com a educação, começam a surgir trabalhos que vão olhar para os efeitos das políticas de austeridade sobre o financiamento da educação básica. Há um único trabalho anterior ao período que irá olhar para efeitos das políticas de ajuste fiscal sobre as despesas com educação (Vazquez, 2010), sendo todas as demais produções realizadas a partir de 2019.

### 3.2 Trabalhos que atendem a interesses manifestos da SEB/MEC

Para além de uma análise dos trabalhos que compõem as diferentes categorias temáticas, a leitura dos resumos também foi realizada visando identificar algumas questões específicas. Como já explicitado, a presente pesquisa visa atender um dos produtos previstos do TED 15.303, firmado entre o Ipea e o MEC. O MEC apresentou alguns interesses para orientar as pesquisas que serão desenvolvidas pelo Ipea no âmbito do TED.

Assim, na leitura dos resumos das produções acadêmicas, buscou-se identificar trabalhos que tivessem relação com algumas das questões elaboradas, tendo em vista os interesses de pesquisa apresentados. Salienta-se que a identificação destes trabalhos a partir destas questões não indica necessariamente sua relevância no sentido de subsidiar a implementação de políticas públicas. A intenção é realizar um inventário – a partir das informações constantes dos resumos de teses e dissertações, que possuem as limitações já retratadas – de trabalhos que tenham relações com os interesses de investigações a serem desenvolvidas. O detalhamento destas produções está indicado no banco elaborado, que contempla todos os trabalhos analisados.

Assim, os dados a seguir apresentados não podem ser considerados novas categorias de análise – ao contrário, indicam os trabalhos que já estão devidamente categorizados e que possuem relação com alguma das questões apresentadas. Ademais, essa identificação não é realizada de forma exaustiva, uma vez que a leitura dos trabalhos completos pode indicar a existência de outras produções que se encaixariam nas dúvidas levantadas.

A primeira questão elaborada foi: *a pesquisa avalia a evolução do financiamento da educação básica ao longo do tempo?* Foram identificados doze trabalhos em que a pergunta foi respondida positivamente. São trabalhos que avaliam um período considerável, visando identificar o comportamento do financiamento durante os anos investigados. Destes, sete trabalhos olham para a evolução de recursos no âmbito do Fundeb.

A segunda foi: *a pesquisa realiza a prospecção de novos mecanismos de financiamento para a educação básica?* Dos trabalhos selecionados, sete discutem novos mecanismos. Um analisa o potencial de investimento do IPTU em educação (Oliveira, 2021); dois discutem a destinação de emendas parlamentares para aplicação na educação básica (Souza, 2022; Silva, 2023); um trata da captação de recursos da iniciativa privada para financiamento da educação profissional (Cáo, 2022); e um propõe o uso da reserva global de reversão de energia elétrica para investimento em educação (Franco, 2009).

Há, ainda, um trabalho que analisa o potencial de destinação de *royalties* de recursos não renováveis para a educação, assim considerados os resultantes da exploração não apenas do petróleo, como também dos recursos minerais e hídricos (Marques, 2021). E um último que, ao analisar a medida de investimento em educação proporcionalmente à arrecadação do PIB, indica a necessidade de ampliação dos recursos. Para isso, sugere a ampliação da arrecadação de impostos, a diminuição da elisão fiscal, a ampliação da receita líquida de impostos e rendas provenientes do pré-sal e a folga fiscal pela redução de juros (Monteiro, 2016).

Dois trabalhos discutem o ICMS educacional (Oliveira, 2023; Miranda, 2023). Ainda que não se trate de trabalhos que apresentem novos recursos para o financiamento, oferecem a análise de um mecanismo de redistribuição de recursos para a educação básica, originalmente implementado no estado do Ceará e posteriormente implementado nos estados como uma das condicionalidades para recebimento do VAAR.

Há outros trabalhos, contudo, que discutem parâmetros para definição de novos recursos: trata-se de cinco produções que discutem o CAQ e o CAQi, buscando analisar se os recursos existentes são suficientes para financiar uma educação de qualidade nos parâmetros

estabelecidos (Couto, 2012; Oldra, 2017; Pereira, 2018; Tiburcio, 2019; Bomfim, 2021; Oliveira, 2021; Melo, 2023).

A terceira pergunta realizada foi: *a pesquisa discute especificamente o financiamento da educação infantil?* Dos trabalhos que compõem o banco de análise desta pesquisa, 49 trabalhos discutem o financiamento desta etapa educacional, contando com produções que perpassam tanto os efeitos do financiamento na ampliação da oferta (Santos, 2012; Pessanha, 2023) quanto a ampliação pela via do conveniamento (Casagrande, 2012; Oliveira, 2023), e até mesmo a cobertura e capacidade de financiamento da etapa por municípios (Melo, 2023).

Houve, por fim, 69 trabalhos nos quais foi respondida positivamente a questão *a pesquisa analisa os efeitos do financiamento sobre os resultados educacionais?* Neste caso, foram selecionados trabalhos que debatiam tanto os resultados da avaliação de proficiência dos estudantes quanto resultados mais amplos, relacionados à ampliação da oferta e insumos educacionais.

Portanto, há trabalhos identificados no âmbito deste estado da arte que podem ser objeto de aprofundamento futuro no sentido de fundamentar pesquisas desenvolvidas para subsidiar as decisões políticas do MEC no âmbito do financiamento da educação básica.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da produção acadêmica em teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação no Brasil, no período entre 2007 e 2024, permitiu identificar a existência de uma amplitude nos temas investigados no âmbito do financiamento da educação, que perpassa desde a elaboração das políticas, sua implementação e efeitos, à análise das produções acadêmicas. Há um aprofundamento das pesquisas na segunda metade do recorte temporal analisado, que se intensifica a partir de 2018 e 2019, o que pode ter relação com o final da vigência do Fundeb transitório e entrada em vigor do Fundeb permanente.

O desenvolvimento de pesquisas discentes nos programas tem se dado prioritariamente em cursos de mestrado e doutorado na área da educação, sendo pequena a participação de outras áreas do conhecimento, dando-se destaque para a economia, políticas públicas e direito.

Em relação aos temas desenvolvidos nas produções, foi possível perceber que discussões em torno dos custos educacionais e das políticas de austeridade ainda são incipientes nas pesquisas e demandam uma maior investigação, constituindo-se em lacunas da produção. Também se verifica que poucos estudos se debruçam sobre os novos mecanismos de distribuição do Fundeb permanente, possivelmente por estarem ainda em implementação. Contudo, dada a revisão dos critérios de distribuição da complementação da União prevista para o sexto ano de vigência do plano, bem como a previsão de revisão destes mecanismos a cada dez anos, nos termos do art. 60-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da CF/88, mostram-se extremamente relevantes pesquisas que demonstrem a efetividade da política e a dependência das redes para a manutenção de seus sistemas, constituindo-se essa em uma lacuna a ser suprida. Igualmente, o aprofundamento de pesquisas que discutam os impactos da implementação do CAQ nas condições de qualidade poderia subsidiar decisões políticas para sua regulamentação.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, J. L.; MAGALHÃES, N. R. S.; NASCIMENTO, F.-L. S. C. do. História do financiamento educacional público no Brasil: uma análise da colônia à primeira república. **Observatório de la Economía Latinoamericana**, Curitiba, v. 21, n. 12, p. 26482-26496, 2023.
- ALVES, M. L. F. **Qualidade dos gastos públicos em saúde e educação**: uma análise sistemática da literatura. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.
- ALVES, T.; PINTO, J. M. R. As múltiplas realidades educacionais dos municípios no contexto do Fundeb. **Fineduca – Revista de Financiamento da Educação**, v. 10, n. 23, p. 1-24, 2020.
- AMORIM, I. F. de. Educational funding and the national system of education: questions for debate about the National Plan of Education (2014-2024). **Research, Society and Development**, v. 7, n. 3, p. 1-14, 2018.
- BELLIX, L. **Banco mundial e financiamento da educação na América Latina**: o caso do modelo chileno. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- BRANT, I. G. R. **Sistema de custos na educação pública**: um possível caminho para obter dados financeiros por estudante no nível das escolas. Dissertação (Mestrado) – Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo, 2023.
- BOMFIM, D. Q. J. S. **O investimento público enquanto vetor da qualidade do ensino**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2021.
- CÁO, E. do R. **Proposição de ações para potencialização da captação de recurso financeiro em uma instituição pública de ensino profissional junto à iniciativa privada**. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.
- CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Capes**: catálogo de teses e dissertações da Capes, dados das teses e dissertações da pós-graduação 2017 a 2020. [S. l.]: Capes, 2024. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/2017-2020-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-da-capes/resource/755600b6-a0d6-4f1a-9dd8-1ca83f28f68a>. Acesso em: 12 jul. 2025.
- CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Capes – [2021 a 2024]**: catálogo de teses e dissertações da Capes, dados das teses e dissertações da pós-graduação. [S. l.]: Capes, 2025a. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/2021-a-2024-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil/resource/ffed-0390-61b4-4823-99db-ea27e7cb8fad>. Acesso em: 12 jul. 2025.
- CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Portaria nº 109, de 25 de abril de 2025. Disciplina o processo de Avaliação de Permanência dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* no país. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 abr. 2025b.
- CARDOSO, J. A. **O custo-aluno nas unidades de uma rede municipal de ensino**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

CASAGRANDE, A. L. **As parcerias entre o público e o privado na oferta da educação infantil em municípios médios paulistas**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Biociências de Rio Claro, 2012.

COROLO, E. C. **A desigualdade do gasto-aluno nas redes públicas municipais de educação básica do estado do Paraná**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

CORREIA, M. A. A. **A educação da criança pequena na região da Emilia-Romagna na Itália: um estudo sobre organização, gestão e financiamento**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

COUTO, M. A. F de O. **“Do limbo ao direito”**: a distribuição dos recursos financeiros para as creches utilizando o referencial do Custo Aluno-Qualidade Inicial – CAQi. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

CRUZ, R. E. da. **Pacto federativo e financiamento da educação**: a função supletiva e redistributiva da União – o FNDE em destaque. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

DAVIES, N. **Levantamento bibliográfico sobre financiamento da educação no Brasil de 1988 a 2015**. [S. l.]: Fineduca, 2020. Disponível em: <https://fineduca.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Nicolas-davies-bibliofinanatedezem2015-1.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2025.

DAYRELL, J.; CARRANO, P. Prefácio: o estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira – educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006). In: SPOSITO, M. P. (coord.). **Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira**: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006). Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. v. 1, p. 7-9.

DINIZ JUNIOR, C. A. **Estudo comparado de políticas de ampliação da jornada escolar, no marco das reformas educativas da década de 1990, em países membros do Mercosul Educacional (Brasil, Chile e Uruguai) – 1990 a 2015**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

DUARTE, M. J. R.; CRUZ, R. E. da. O financiamento da educação em teses e dissertações no Nordeste brasileiro: um estudo de revisão. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 17, p. 1-18, jan.-dez. 2023.

FARIAS, A. de J. D. A crise do capital e a redefinição do papel do Estado como provedor de políticas públicas educacionais. **Margens**, v. 8, n. 10, p. 295-306, maio 2016.

FERRAZ, J. P. V. **O custo por aluno das escolas da rede municipal de Curitiba**: tensões entre desigualdade e diferença de recursos. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

FERRAZ, J. P. V. **Panorama do gasto-aluno nas redes estaduais e municipais brasileiras**. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

FERREIRA, D. de A. G. **A pesquisa educacional e a temática do financiamento nos anos 1980 e 1990**: revisitando os periódicos Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos e Cadernos de Pesquisa. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

FERREIRA, F. S. **A educação especial sob o olhar do TCE-RS: as obscuridades da legislação no âmbito do financiamento.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2019.

FERREIRA, G. de F. P. **O financiamento da alimentação escolar e o controle externo exercido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

FERREIRA, P. R. S. **O impacto do superávit primário no financiamento federal da educação básica no país: 1999-2014 – como garantir a educação pública de qualidade para todos?** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

FRANCO, A. C. **Utilização da indústria de energia elétrica para financiar a educação com vistas ao desenvolvimento econômico: uma proposta para o Brasil.** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Energia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FRANCO, C. M. G. A política do Fundeb em ação. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 7, p. 364-377, jul. 2023.

FREIRE, L. **O discurso sobre a remuneração do magistério da educação básica pública no Brasil (2005-2015).** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

GOMES, S. S. **A pesquisa sobre o financiamento da educação nos programas de pós-graduação em educação, notas 6 e 7, no triênio 2010-2012: orientações teóricas e material empírico.** Dissertação (Mestrado) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

GUTIERRES, D. V. G.; FARENZENA, N. O novo Fundeb e a sistemática de redistribuição dos recursos. **Fineduca: Revista de Financiamento da Educação**, v. 14, n. 17, p. 1-19, 2024.

INDJAI, S. C. **Políticas educacionais na Guiné-Bissau: um estudo sobre acesso e permanência na educação básica.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2023.

JARCEM, D. A. **Remuneração docente no estado de Mato Grosso do Sul frente à ampliação e à restrição de direitos (2008 a 2022).** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2023.

JARDIM, K. da S. M. **Mudanças no financiamento da educação no Brasil e na Argentina nos anos 1990.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

KATRIB, C. M. I. *et al.* Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE): diálogos e perspectivas. **Revista Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 9, p. 1-15, 2024.

LIMA, A. M. de. **A remuneração dos professores municipais no contexto do Fundeb e do PSPN: um estudo a partir do Siope com foco em Curitiba e nas cidades do primeiro anel metropolitano (2017 e 2018).** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

MAIA, E. T. da. **Controle social do financiamento da educação básica reivindicado pelo sindicalismo docente**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021.

MARQUES, R. C. **Planejamento intergeracional na utilização dos royalties**. Tese (Doutorado) – Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

MARTINS, V. A. **O financiamento da educação no Brasil na lógica do Banco Mundial: bases econômicas e suas críticas**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2019.

MATEUS, D. P. **A efetividade do direito à educação no Brasil e Mercosul: o Tratado de Assunção e a educação**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Direito Internacional, Universidade Católica de Santos, Santos, 2008.

MELO, A. B. de. **Direito à educação, financiamento público e garantia de padrão de qualidade na educação básica: efeitos do Novo Fundeb (EC nº 108/2020) sobre a capacidade orçamentária dos municípios do estado do Amazonas para implantarem o custo aluno qualidade**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

MIRANDA, N. F. **ICMS Educação: os conceitos de aprendizagem e equidade previstos na Constituição Federal de 1988**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

MONTEIRO, J. O. da C. **O Plano Nacional de Educação 2014-2024 e o percentual do PIB como medida de financiamento da educação pública: uma avaliação crítica**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

MORAIS, J. da S. de; SILVA, R. C. da; PINHO, S. T. de. Recursos financeiros escolares: a importância do Programa Dinheiro Direto na Escola como política pública. **Revista Foco**, v. 14, n. 7, p. 1-17, 2024.

NASCIMENTO, A. B. **(Des)feitos e (d)efeitos na composição remuneratória de docentes da rede estadual de educação básica de Rondônia no contexto das políticas do Fundeb e PSPN [2006 a 2016]**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2019.

OLDRA, A. A. **Ampliação e qualificação da educação infantil no município de Erechim: relevância, desafios e limitações**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação, Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2017.

OLIVEIRA, A. G. L. S. **Financiamento da educação básica no Ceará: o ICMS na promoção da equidade**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2023.

OLIVEIRA, L. R. de. **Instrumentos orçamentários e desempenho da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF): um perfil analítico dos investimentos educacional em Florianópolis (2014-2017)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

OLIVEIRA, M. A. O. **O financiamento da política de convênio da educação infantil no Distrito Federal: os centros de educação da primeira infância (Cepis)**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

OLIVEIRA, M. de L. de. **O financiamento da escola de tempo integral da rede estadual de Goiás: um estudo de caso.** Dissertação (Mestrado) – Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021.

OLIVEIRA, W. T. P. **Análise da potencialidade do IPTU para o financiamento da educação municipal: o caso de Mariana.** Dissertação (Mestrado) – Departamento de Educação, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2021.

PAULA, K. J. de. **Custo aluno do Programa Escola de Tempo Integral em Mogi das Cruzes/SP.** Dissertação (Mestrado) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2023.

PAZ, A. M. de A. **A relação público-privado na educação básica argentina no período Macri (2015-2019): sujeitos e conteúdo da proposta.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

PERCINEY, J. **O sistema educacional no Haiti: desafios para o acesso e o direito à educação pública.** Dissertação (Mestrado) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.

PEREIRA, A. C. da S. **Custo-aluno-qualidade para escolas do campo da Amazônia tocantina: direito ao acesso e permanência com padrão de qualidade.** Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

PEREIRA, G. L.; ALVES, T. Contribuições da produção acadêmica recente sobre remuneração docente para discussão da Meta 17 do PNE. **Fineduca: Revista de Financiamento da Educação**, v. 5, n. 1, p. 1-21, 2015.

PERGHER, C. J. **Mapeamento da capacidade de financiamento da rede municipal de ensino de Getúlio Vargas-RS: gastos, condições de oferta e trajetória do processo educativo (1993-2005).** Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PESSANHA, F. N. de L. **O Fundeb e a educação das crianças de 0 a 3 anos no município de São Gonçalo-RJ: um estudo de caso.** Tese (Doutorado) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

PINTO, J. M. R. O financiamento da educação na Constituição Federal de 1988: 30 anos de mobilização social. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 39, n. 145, p. 846-869, out.-dez. 2018.

PRADO, V. F. L. do. **Gestão de políticas públicas para a educação infantil: as contribuições do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.** Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2019.

QUIRINO, S. R. **Transparência pública e financiamento da educação: uma análise a partir das leis orçamentárias.** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

RIBEIRO, D. B. A pandemia de covid-19 e a pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. **Argumentum**, Vitória, v. 14, n. 2, p. 72-91, maio-ago. 2023.

ROCHA, S. S. **O estado do conhecimento sobre o financiamento da educação especial no Brasil no contexto do Fundeb (2007 a 2020).** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2024.

- SANTOS, J. B. dos. **O Fundeb e a educação infantil no município de Itabuna**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- SANTOS, M.; NETO-MENDES, A. Privatization processes of public education: a systematic literature review. **Education Policy Analysis Archives**, v. 30, n. 83, p. 1-36, jun. 2022.
- SANTOS, M. B.; NOGUEIRA, S. C. C. Políticas públicas para o financiamento da educação básica: mapeando pesquisas sobre o Fundeb. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 11, p. 1-14, 2021.
- SHIMOTE, J. **Uma análise do gasto familiar com educação no Brasil e da participação do crédito em seu financiamento**. Dissertação (Mestrado) – Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2015.
- SILVA, A. C. D. da *et al.* Financiamento da educação básica: principais programas, impactos e seus desafios. **Recima21 – Revista Científica Multidisciplinar**, v. 4, n. 9, p. 1-9, 2023.
- SILVA, A. C. do V. V. de L. e. **Emendas parlamentares orçamentárias como mecanismo de financiamento da educação pública: uma análise no período de 2015 a 2021**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.
- SILVA, A. P. P. N. da; SOUZA, R. T. de; VASCONCELLOS, V. M. R. de. O estado da arte ou o estado do conhecimento. **Educação**, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 1-12, set. 2020.
- SILVA, C. J. da. **O programa Escola Técnica Aberta do Brasil: uma análise de custo da implantação do curso técnico de nível médio em açúcar e álcool no Campus Inhumas**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- SILVA, E. S. da. **Dialogando com o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul: análises das referências sobre estado, gestão e financiamento nas reportagens do TCE/RS**. Dissertação (Mestrado) – Fundação Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2019.
- SILVA, L. G. D. da. **Economia da educação: o orçamento público com responsabilidade fiscal como instrumento de justiça social**. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.
- SILVA, P. L. M. da. **O financiamento da educação em contextos federativos do Brasil, da Argentina e do México: relações intergovernamentais para a garantia da etapa obrigatória de escolarização**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.
- SILVA JUNIOR, W. T. da; ALVES, T. Financiamento da educação básica pública e resultados educacionais: revisão da literatura estrangeira e reflexões sobre o contexto brasileiro. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 32, n. 35, p. 1-21, 2024.
- SOUSA, A. M. de. **Custo aluno-ano da educação infantil da rede pública municipal de ensino de Teresina-PI, em 2012**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.
- SOUZA, M. V. de. **Emendas parlamentares como fonte adicional de recursos educacionais: uma análise da sua representatividade em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino em estados nordestinos (2007 a 2017)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2022.

SPOSITO, M. P. **Estado da arte sobre juventude**: uma introdução. In: SPOSITO, M. P. (coord.). Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006). Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. p. 11-15.

TIBURCIO, R. M. L. **O custo aluno-qualidade como eixo do sistema nacional da educação**: enfrentamento histórico ou miragem retórica. Dissertação (Mestrado) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

TOMASEVSKI, K. **Free and compulsory education for all children**: the gap between promise and performance. Estocolmo: Sida, 2001. (Right to Education Primers, n. 2).

TORMES, D. D. da S. **Relações interfederativas e o financiamento da educação básica no Brasil e na Argentina**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

UMANN, J. M. B. **O controle social e público da gestão financeira da educação através dos conselhos municipais em Triunfo-RS**: uma reflexão das relações governo e sociedade. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

VAZQUEZ, D. A. **A regulação federal como mecanismo de ajuste**: uma análise da lei fiscal e do financiamento das políticas de educação e saúde. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

YANAGUITA, A. I. **A produção e circulação de saberes sobre o financiamento da educação no Brasil (1991-2005)**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2008.

YANAGUITA, A. I. **Financiamento da educação no Brasil (1990-2010)**: impactos no padrão de gestão do ensino fundamental. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2013.

APÊNDICE A

TABELA A.1  
Trabalhos de acordo com as categorias temáticas produzidos em cada ano do recorte temporal (2007-2024)

| Subcategorias                               | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | Total |
|---------------------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|
| Análise das produções                       | 0    | 1    | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    | 0    | 0    | 0    | 2    | 0    | 0    | 1    | 0    | 0    | 1    | 1    | 7     |
| Análise do financiamento da educação básica | 3    | 4    | 3    | 3    | 4    | 1    | 2    | 3    | 3    | 3    | 3    | 4    | 5    | 5    | 3    | 12   | 14   | 3    | 78    |
| Controle do financiamento                   | 0    | 1    | 0    | 0    | 0    | 1    | 1    | 0    | 0    | 0    | 3    | 1    | 8    | 2    | 2    | 1    | 2    | 1    | 23    |
| Custos e gastos educacionais                | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    | 0    | 2    | 2    | 1    | 0    | 0    | 1    | 1    | 1    | 0    | 0    | 2    | 0    | 11    |
| Elaboração das políticas de financiamento   | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    | 1    | 2    | 0    | 0    | 1    | 0    | 0    | 6     |
| Financiamento e desigualdades               | 0    | 2    | 1    | 0    | 1    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 4    | 6    | 3    | 4    | 0    | 3    | 1    | 25    |
| Financiamento e qualidade                   | 0    | 3    | 2    | 0    | 5    | 6    | 3    | 2    | 2    | 5    | 8    | 9    | 6    | 1    | 9    | 7    | 6    | 2    | 76    |
| Financiamento externo                       | 0    | 1    | 0    | 0    | 1    | 0    |      | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 2    | 0    | 1    | 2    | 0    | 0    | 7     |
| Fontes de financiamento                     | 1    | 0    | 3    | 0    |      | 0    | 1    | 0    | 4    | 1    | 0    | 0    | 2    | 0    | 4    | 2    | 2    | 1    | 21    |
| Fundeb                                      | 4    | 1    | 5    | 3    | 5    | 7    | 8    | 6    | 9    | 4    | 4    | 3    | 7    | 7    | 6    | 15   | 11   | 7    | 112   |
| Fundef                                      | 4    | 4    | 1    | 3    | 0    | 1    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 13    |
| Gestão financeira                           | 0    | 0    | 2    | 0    | 0    | 1    | 2    | 1    | 1    | 0    | 2    | 0    | 2    | 0    | 1    | 2    | 2    | 0    | 16    |
| Pesquisa comparada                          | 0    | 1    | 0    | 1    | 0    | 0    | 1    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 3    | 3    | 2    | 0    | 11    |
| Políticas de austeridade                    | 0    | 0    | 0    | 1    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    | 0    | 2    | 6    | 4    | 0    | 14    |
| Privatização                                | 1    | 1    | 1    | 1    | 0    | 2    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 2    | 3    | 2    | 3    | 3    | 6    | 1    | 26    |
| Programas para a educação básica            | 1    | 2    | 0    | 3    | 2    | 3    | 2    | 4    | 4    | 4    | 3    | 6    | 12   | 7    | 5    | 13   | 8    | 5    | 84    |
| Relações federativas                        | 3    | 0    | 2    | 1    | 1    | 3    | 1    | 2    | 3    | 5    | 1    | 4    | 1    | 2    | 5    | 5    | 5    | 2    | 46    |
| Valorização docente                         | 0    | 0    | 1    | 1    | 1    | 2    | 0    | 3    | 2    | 5    | 1    | 0    | 9    | 1    | 2    | 5    | 4    | 1    | 38    |
| Total geral                                 | 17   | 21   | 21   | 17   | 22   | 27   | 24   | 23   | 29   | 27   | 28   | 35   | 67   | 32   | 50   | 77   | 72   | 25   | 614   |

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.  
Elaboração dos autores.

TABELA A.2  
Subcategorias das teses e dissertações sobre o Fundeb (2007-2024)

| Subcategorias                    | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | Total |
|----------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|
| Condicionalidades do VAAR        | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    | 1     |
| Controle social                  | 0    | 0    | 2    | 0    | 1    | 2    | 4    | 0    | 3    | 2    | 0    | 1    | 1    | 2    | 3    | 3    | 4    | 0    | 28    |
| Cooperação federativa            | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    | 0    | 2    | 0    | 0    | 4     |
| Efeitos em etapas e modalidades  | 0    | 0    | 1    | 0    | 1    | 2    | 1    | 0    | 3    | 1    | 2    | 0    | 2    | 1    | 0    | 2    | 1    | 1    | 18    |
| Efeitos nas redes de ensino      | 0    | 0    | 0    | 1    | 1    | 0    | 1    | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    | 0    | 0    | 0    | 0    | 2    | 0    | 6     |
| Efeitos redistributivos          | 1    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 2    | 1    | 0    | 1    | 0    | 1    | 0    | 1    | 1    | 0    | 2    | 10    |
| Elaboração do Fundeb             | 1    | 1    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    | 0    | 1    | 2    | 1    | 2    | 0    | 1    | 10    |
| Evolução das políticas de fundos | 2    | 0    | 2    | 0    | 1    | 1    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 2    | 1    | 9     |
| Impacto nos resultados           | 0    | 0    | 0    | 1    | 0    | 0    | 0    | 1    | 1    | 1    | 0    | 0    | 1    | 0    | 1    | 2    | 0    | 0    | 8     |
| Privatização                     | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    | 1    | 0    | 2     |
| Qualidade                        | 0    | 0    | 0    | 1    | 0    | 0    | 1    | 1    | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    | 1    | 0    | 2    | 1    | 1    | 9     |
| Valorização docente              | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    | 1    | 1    | 2    | 1    | 0    | 0    | 1    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 7     |
| Total geral                      | 4    | 1    | 5    | 3    | 5    | 7    | 8    | 6    | 9    | 4    | 4    | 3    | 7    | 7    | 6    | 15   | 11   | 7    | 112   |

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.  
Elaboração dos autores.

TABELA A.3

**Subcategorias das teses e dissertações sobre programas para a educação básica (2007-2024)**

| Subcategorias              | 2007 | 2008 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | Total |
|----------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|
| Alimentação escolar        | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    | 1    | 1    | 0    | 2    | 0    | 1    | 1    | 0    | 0    | 7     |
| Assistência estudantil     | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    | 0    | 0    | 3    | 0    | 1    | 6     |
| Educação em tempo integral | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 2    | 1    | 0    | 4    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 7     |
| Educação no campo          | 0    | 1    | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 2     |
| Educação profissional      | 0    | 0    | 2    | 0    | 1    | 2    | 0    | 0    | 1    | 0    | 1    | 1    | 3    | 0    | 0    | 0    | 0    | 11    |
| Outros programas           | 1    | 1    | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    | 1    | 0    | 0    | 2    | 0    | 0    | 0    | 1    | 2    | 0    | 9     |
| PAR                        | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 2    | 0    | 1    | 0    | 1    | 1    | 0    | 5     |
| PDDE                       | 0    | 0    | 1    | 2    | 2    | 0    | 0    | 1    | 0    | 1    | 1    | 2    | 3    | 3    | 5    | 4    | 4    | 29    |
| Proinfância                | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    | 0    | 1    | 1    | 0    | 0    | 3     |
| Transporte escolar         | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    | 1    | 0    | 0    | 0    | 1    | 0    | 0    | 1    | 1    | 0    | 5     |
| Total geral                | 1    | 2    | 3    | 2    | 3    | 2    | 4    | 4    | 4    | 3    | 6    | 12   | 7    | 5    | 13   | 8    | 5    | 84    |

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.  
Elaboração dos autores.

TABELA A.4

**Subcategorias das teses e dissertações sobre análise do financiamento da educação básica (2007-2024)**

| Subcategorias         | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | Total |
|-----------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|
| Educação básica       | 0    | 1    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    | 1    | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    | 3    | 0    | 7     |
| Educação no campo     | 0    | 1    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    | 0    | 0    | 0    | 1    | 0    | 0    | 2    | 0    | 0    | 5     |
| Educação especial     | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    | 1    | 1    | 1    | 0    | 0    | 2    | 0    | 1    | 2    | 1    | 10    |
| Educação infantil     | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    | 1    | 0    | 0    | 0    | 1    | 0    | 0    | 1    | 0    | 0    | 2    | 4    | 0    | 10    |
| Educação profissional | 1    | 0    | 2    | 0    | 0    | 0    | 1    | 0    | 0    | 1    | 0    | 1    | 0    | 1    | 0    | 2    | 0    | 2    | 11    |
| EJA                   | 0    | 0    | 0    | 1    | 0    | 0    | 0    | 1    | 0    | 0    | 0    | 1    | 1    | 0    | 0    | 0    | 1    | 0    | 5     |
| Ensino fundamental    | 1    | 1    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    | 0    | 0    | 1    | 1    | 0    | 5     |
| Ensino médio          | 1    | 0    | 1    | 1    | 1    | 0    | 0    | 1    | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    | 0    | 1    | 2    | 1    | 0    | 10    |
| Redes de ensino       | 0    | 1    | 0    | 0    | 1    | 0    | 0    | 1    | 0    | 0    | 1    | 1    | 0    | 2    | 0    | 0    | 1    | 0    | 8     |
| Tempo integral        | 0    | 0    | 0    | 1    | 1    | 0    | 1    | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    | 0    | 0    | 2    | 1    | 1    | 0    | 8     |
| Total geral           | 3    | 4    | 3    | 3    | 4    | 1    | 2    | 4    | 3    | 3    | 3    | 4    | 5    | 5    | 3    | 12   | 14   | 3    | 79    |

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.  
Elaboração dos autores.

TABELA A.5

**Subcategorias das teses e dissertações sobre financiamento e qualidade (2007-2024)**

| Subcategorias                          | 2008 | 2009 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | Total |
|----------------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|
| CAQ/CAQi                               | 0    | 0    | 0    | 1    | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    | 1    | 0    | 0    | 2    | 0    | 0    | 0    | 5     |
| Efeitos em avaliações internacionais   | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    | 1    | 0    | 2     |
| Efeitos nas avaliações de proficiência | 2    | 1    | 1    | 1    | 0    | 2    | 0    | 2    | 1    | 1    | 0    | 0    | 2    | 1    | 0    | 0    | 14    |
| Efeitos no Ideb                        | 0    | 1    | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    | 1    | 2    | 4    | 2    | 0    | 1    | 0    | 0    | 2    | 14    |
| Eficiência na alocação de recursos     | 0    | 0    | 2    | 2    | 2    | 0    | 0    | 0    | 2    | 0    | 2    | 0    | 1    | 1    | 2    | 0    | 14    |
| Impactos em indicadores educacionais   | 0    | 0    | 2    | 1    | 0    | 0    | 1    | 0    | 0    | 0    | 1    | 0    | 3    | 1    | 2    | 0    | 11    |
| Outros temas                           | 1    | 0    | 0    | 1    | 1    | 0    | 0    | 2    | 2    | 3    | 1    | 1    | 0    | 3    | 1    | 0    | 16    |
| Total geral                            | 3    | 2    | 5    | 6    | 3    | 2    | 2    | 5    | 8    | 9    | 6    | 1    | 9    | 7    | 6    | 2    | 76    |

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.  
Elaboração dos autores.

## **Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

### **EDITORIAL**

#### **Coordenação**

Aeromilson Trajano de Mesquita

#### **Assistentes da Coordenação**

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

#### **Supervisão**

Alice Souza Lopes

#### **Revisão**

Amanda Ramos Marques Honorio

Cláudio Passos de Oliveira

Denise Pimenta de Oliveira

Emilly Dias de Matos

Gisela Carneiro de Magalhães Ferreira

Nayane Santos Rodrigues

Reginaldo da Silva Domingos

Susana Sousa Brito

Yally Schayany Tavares Teixeira

#### **Editoração**

Augusto Lopes dos Santos Borges

Cristiano Ferreira de Araújo

Daniel Alves Tavares

Danielle de Oliveira Ayres

Leonardo Hideki Higa

#### **Capa**

Andrey Tomimatsu

Danielle de Oliveira Ayres

Flaviane Dias de Sant’ana

*The manuscripts in languages other than Portuguese  
published herein have not been proofread.*

#### **Ipea – Brasília**

Setor de Edifícios Públicos Sul 702/902, Bloco C

Centro Empresarial Brasília 50, Torre B

CEP: 70390-025, Asa Sul, Brasília-DF

Acesse nossas publicações



Acompanhe nossas redes sociais



## **Missão do Ipea**

Qualificar a tomada de decisão do Estado e o debate público.

---

**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO  
PLANEJAMENTO  
E ORÇAMENTO

GOVERNO DO  
**BRASIL**  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO